



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 218/2015** **(Autoria da Comissão Executiva)**

Criação dos cargos de Diretor de Comunicação e Secretário-Geral da Presidência, extinção de dez cargos de simbologia G-6 e adoção de outras providências.

**Art. 1º** Cria dois cargos de simbologia G-1 na estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, os quais serão preenchidos pelos cargos de Diretor de Comunicação e Secretário-Geral da Presidência.

**Art. 2º** O art. 2º da Lei 16.792, de 25 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Aos cargos de Direção Superior, ficam atribuídas as seguintes simbologias:

- I – Diretor-Geral, simbologia G;
- II – Procurador-Geral, simbologia G-1;
- III – Diretor Legislativo, simbologia G-1;
- IV – Diretor de Assistência ao Plenário, simbologia G-1;
- V – Diretor Financeiro G-1;
- VI – Diretor de Pessoal, simbologia G-1;
- VII – Diretor de Apoio Técnico, simbologia G-1;

VIII – Diretor Administrativo, simbologia G-1;

IX – Diretor de Comunicação, simbologia G-1; e

X – Secretário-Geral da Presidência, simbologia-1.  
(NR)".

**Art. 3º** Extingue dez cargos de provimento em comissão de simbologia G-6 previstos no art. 10 da Lei nº 16.792, de 2011.

**Art. 4º** A alínea "c" do art. 10 da Lei nº 16.792, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) 140 (cento e quarenta) cargos de simbologia G-6.  
(NR)"

**Art. 5º** Autoriza a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa a promover as alterações orçamentárias necessárias à implementação do previsto nesta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
FID

  
Relator  
Hossein  
Prof. (Lous)



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI**

212/2015

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**TÍTULO I  
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Capítulo I  
Do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI**

**Art. 1º** Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

§ 1º Os valores espontaneamente denunciados poderão ser pagos com os benefícios previstos neste artigo.

§ 2º Os honorários advocatícios para os créditos tributários ajuizados e quitados com os benefícios desta Lei, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito tributário.

§ 3º Para liquidação das parcelas, serão aplicados juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

5º O ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.



§ 6º O disposto neste artigo:

I - se aplica aos créditos tributários em que sejam exigidas as penalidades previstas no § 1º do art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, inclusive as dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV e alíneas "b" e "c" do inciso XVII, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM; e

II - não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas e não se aplica cumulativamente com a redução das multas de que trata o art. 40 da Lei nº 11.580, de 1996, e nem com outros benefícios anteriormente concedidos.

§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo.

**Art. 2º** A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

**Parágrafo único.** O ingresso no programa dar-se-á por formalização da opção do contribuinte e da homologação do fisco no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

**Art. 3º** Implica revogação do parcelamento:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

III - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado; e

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

**Art. 4º** O contribuinte poderá optar por pagar a parte do crédito tributário lançado que reconhecer devida, mantendo a discussão sobre o restante.

§ 1º Caso opte pelo pagamento de parte do débito, o contribuinte deverá informar ao fisco, até a data determinada pelo Poder Executivo, o valor que pretende liquidar, a data-base e o respectivo valor original.

§ 2º A partir dos dados fornecidos pelo contribuinte, o fisco emitirá um demonstrativo de atualização monetária e dos juros, em duas vias, sendo a primeira via juntada aos autos do processo administrativo fiscal e a outra entregue ao requerente, como informação dos valores a pagar.

**Art. 5º** Os benefícios previstos no art. 1º desta Lei prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.



## **Capítulo II**

### **Do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD**

**Art. 6º** Institui o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD, para a liquidação de débitos referidos no art. 7º desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

**Art. 7º** Os benefícios concedidos na forma do art. 8º e 9º desta Lei aplicam-se aos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e aos de natureza não-tributária vencidos até 31 de dezembro de 2014, referentes:

- I - ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;
- II - ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;
- III - a taxas de qualquer espécie e origem;
- IV - a multas administrativas de natureza não-tributária de qualquer origem;
- V - a multas contratuais de qualquer espécie e origem;
- VI - à reposição de vencimentos de servidores de qualquer categoria funcional; e
- VII - a ressarcimentos ou restituições de qualquer espécie e origem.

**Parágrafo único.** Poderão também ser incluídos no PPD débitos que se encontrarem nas seguintes situações:

- I - valores informados pelo devedor, relacionados a obrigações vencidas até 31 de dezembro de 2014;
- II - saldo de parcelamento rescindido; e
- III - saldo de parcelamento em andamento.

**Art. 8º** O beneficiário do PPD poderá recolher o débito consolidado, com os descontos de que trata o art. 9º desta Lei:

- I - em uma única vez; e
- II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

- I - R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas físicas; e
- II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), para pessoas jurídicas.

§ 2º Será exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.



**Art. 9º** Os descontos concedidos na liquidação dos débitos são os abaixo indicados:

I - relativamente ao débito tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% (quarenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, nas hipóteses de parcelamento;

II - relativamente ao débito não-tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, nas hipóteses de parcelamento.

**Parágrafo único.** Os honorários advocatícios para os créditos tributários e não tributários ajuizados, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito.

**Art. 10.** Para efeito do Programa previsto no art. 6º desta Lei, considera-se débito:

I - tributário, a soma do tributo, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação;

II - não-tributário, a soma do débito principal, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação; e

III - consolidado, o somatório dos débitos, tributários e não-tributários, selecionados pelo beneficiário para inclusão no PPD.

**Art. 11.** O prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

**Art. 12.** O parcelamento ou o pagamento em parcela única, relativamente aos componentes tributários ou não-tributários do débito consolidado:

I - expressa confissão irrevogável e irretratável; e

II - implica renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

§ 1º A desistência das ações judiciais e dos embargos à execução fiscal deverá ser comprovada, no prazo de sessenta dias contados da data do recolhimento da primeira parcela ou da parcela única, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas.

§ 2º Os documentos destinados a comprovar a desistência mencionada no § 1º deste artigo deverão ser entregues na Procuradoria Geral do Estado.

§ 3º O recolhimento efetuado, integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do Fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente.

**Art. 13.** O parcelamento previsto nesta Lei será considerado:



I - celebrado, após a adesão ao programa, com o recolhimento da primeira parcela no prazo fixado nesta Lei; e

II - rompido, na hipótese de:

- a) inobservância de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei;
- b) inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;
- c) falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado;
- d) descumprimento de outras condições a serem estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Estado.

**Parágrafo único.** O parcelamento rescindido:

I - implica imediato cancelamento dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei, reincorporando-se integralmente ao débito tributário ou não-tributário objeto do benefício os valores reduzidos e tornando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação;

II - acarretará, conforme o caso:

- a) em se tratando de débito não inscrito em dívida ativa, a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal ou o protesto da Certidão de Dívida Ativa; e
- b) em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento da execução fiscal.

**Art. 14.** Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

**Art. 15.** A concessão dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de importância recolhida anteriormente ao início da vigência desta Lei.

**Art. 16.** Poderá ser abatido do débito a ser recolhido na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei o valor dos depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo referente aos débitos incluídos no parcelamento, sendo que eventual saldo em favor:

I - do Fisco, permanecerá no referido parcelamento; e

II - do beneficiário, ser-lhe-á restituído.

§ 1º - Para fins do abatimento previsto neste artigo, o beneficiário deverá:

- I - informar o valor atualizado dos depósitos judiciais existentes; e
- II - autorizar a Procuradoria Geral do Estado a efetuar o levantamento dos depósitos judiciais, nos autos da ação em que foram realizados.

§ 2º Cópia da autorização a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverá ser entregue na Procuradoria Geral do Estado instruída com o comprovante do valor depositado, no prazo de sessenta dias contados da celebração do parcelamento ou do recolhimento da parcela única.

§ 3º O abatimento de que trata este artigo será definitivo, ainda que o parcelamento venha a ser rompido.

**Art. 17.** No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.



### Capítulo III Das Disposições Gerais

**Art. 18.** Acresce os incisos XXIII e XXIV ao § 1º e os §§ 9º e 10 ao art. 55 na Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:

"XXIII - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto e por mês de atraso, ao contribuinte que não apresentar ou não transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, a EFD - Escrituração Fiscal Digital, ou transmiti-la sem registros na hipótese de haver movimento informado em GIA/ICMS ou GIA-ST, sem prejuízo de novo lançamento de ofício se continuar a omissão;

XXIV - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar a EFD sem observância dos procedimentos exigidos na legislação.

§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinentes a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital.

§ 10 Sem prejuízo do disposto no § 9º deste artigo, ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades pertinentes à Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS e à Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST previstas neste artigo, aplicam-se, também, em relação à entrega dos arquivos digitais referentes à EFD - Escrituração Fiscal Digital." (NR)

**Art. 19.** O art. 52 da Lei nº 11.580, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda poderá determinar regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes, visando ao cumprimento de obrigações, conforme definido pelo Poder Executivo.

§ 1º Considera-se devedor contumaz o contribuinte que:

I - considerando cada estabelecimento, deixar de recolher o ICMS declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS, Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST ou apurado por meio da Escrituração Fiscal Digital - EFD, no todo ou em parte, relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo; ou

II - considerando todos os estabelecimentos da empresa, tiver créditos tributários inscritos em dívida ativa em valor superior a:

a) 30% (trinta por cento) do patrimônio da empresa; ou

b) 30% (trinta por cento) do faturamento anual declarado em GIA/ICMS, em GIA-ST ou em EFD.



§ 2º Não serão computados, para efeitos deste artigo, os créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do Código Tributário Nacional.

§ 3º O regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento consiste na aplicação, isolada ou cumulativamente, das seguintes medidas, além das demais previstas nesta Lei:

I - impedimento à utilização de benefícios ou incentivos fiscais relativamente ao ICMS;

II - exigência, a cada operação ou prestação, do pagamento do tributo correspondente, inclusive o devido por substituição tributária, anteriormente à emissão do documento fiscal, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto;

III - inclusão automática na programação de fiscalização; e

IV - autorização prévia e individual para emissão de notas fiscais.

§ 4º O regime especial de que trata este artigo não dispensa o contribuinte do cumprimento das demais obrigações acessórias e não elide a aplicação de outras medidas que visem garantir o recebimento dos créditos tributários, como:

I - arrolamento administrativo de bens;

II - proposição de Ações Cautelares Fiscais;

III - representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária, econômica ou delito de outra natureza; e

IV - cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, conforme previsto em decreto do Poder Executivo.

§ 5º O contribuinte deixará de ser considerado devedor contumaz se os débitos que motivaram essa condição forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa." (NR)

**Art. 20.** O arrolamento de bens e direitos poderá ser procedido após a constituição do crédito tributário e até o início da execução fiscal, por Auditor Fiscal, sempre que a soma dos créditos de responsabilidade do sujeito passivo exceder, cumulativamente:

I - 30% (trinta por cento) do seu patrimônio; e

II - 10.000 (dez mil) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná.

§ 1º Não serão computados na soma dos créditos tributários aqueles para os quais exista depósito administrativo ou judicial.



§ 2º Na hipótese de o sujeito passivo se tratar de pessoa física, deverão ser identificados inclusive os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com cláusula de incomunicabilidade.

§ 3º Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo deverá ser considerado individualmente, por sujeito passivo, a soma dos créditos sob a sua responsabilidade e o seu patrimônio.

§ 4º Na hipótese de responsabilidade prevista nos arts. 133 e 134 do CTN – Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), somente serão arrolados os bens e direitos dos responsáveis se o patrimônio do contribuinte não for suficiente para a satisfação do crédito tributário.

**Art. 21.** Para os efeitos do arrolamento administrativo, patrimônio será:

I - relativamente à pessoa jurídica, a totalidade de bens e direitos constantes de seu ativo não circulante, conforme balanço patrimonial mais recente, ou aqueles constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

II - tratando-se de pessoa física, inclusive o empresário, a totalidade de bens e direitos constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a meação relativamente aos bens e direitos comuns do casal.

**Parágrafo único.** Para os efeitos do arrolamento, bem como do cálculo do percentual a que se refere o inciso I do art. 20 desta Lei, identificados indícios de sonegação de informações no balanço patrimonial ou na declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal, serão verificadas outras fontes disponíveis, tais como certidões de registro de imóveis, certificado de registro de veículos, aeronaves, embarcações e de propriedade industrial.

**Art. 22.** O arrolamento administrativo também poderá ocorrer por iniciativa do sujeito passivo.

**Art. 23.** O ato de arrolamento indicará os créditos tributários aos quais está vinculado.

§ 1º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário fica obrigado a comunicar, no prazo de cinco dias, à repartição fazendária de seu domicílio tributário, a alienação, a oneração ou a transferência a qualquer título, dos bens e dos direitos arrolados.

§ 2º Implicará requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo:

I - o descumprimento da formalidade prevista no § 1º deste artigo; e

II - a falta de substituição dos bens e direitos constantes no termo de arrolamento concomitantemente a sua alienação, oneração ou transferência, a qualquer título.

**Art. 24.** O ato de arrolamento deve ser registrado:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados; e



III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 1º Ficam os cartórios, registros, órgãos e entidades mencionados neste artigo obrigados a comunicar à Coordenação da Receita do Estado, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a ocorrência de alienação, de transferência ou de oneração dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.

§ 2º Ficam isentos do pagamento de custas ou emolumentos os serviços de averbação e registro de que trata este artigo, bem como o fornecimento de certidão ou relação de bens e direitos pelos órgãos competentes.

§ 3º Fica a critério do sujeito passivo, a expensas dele, requerer, anualmente, aos órgãos de registro público onde os bens e direitos estiverem arrolados, por petição fundamentada, avaliação dos referidos ativos, por perito indicado pelo próprio órgão de registro, a identificar o valor justo dos bens e direitos arrolados.

**Art. 25.** Nos casos de extinção, nulidade, improcedência ou retificação do lançamento do crédito tributário vinculado ao arrolamento, em valor que implique redução da soma dos créditos tributários para montante que não justifique a manutenção do arrolamento, a Coordenação da Receita do Estado comunicará o fato ao cartório ou entidade competente de registro e controle em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, para que sejam cancelados os efeitos do arrolamento.

**Parágrafo único.** Na hipótese de crédito tributário vinculado ao arrolamento ter sido liquidado ou garantido, após o ajuizamento da ação judicial, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a comunicação a que se refere o *caput* será feita pela Procuradoria Geral do Estado.

**Art. 26.** Autoriza o Poder Executivo a modificar o valor previsto no inciso II do art. 20 desta Lei, no interesse da administração tributária.

## **TÍTULO II** **DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Art. 27.** Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade específica a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.



**Art. 28.** A cessão do direito creditório:

I - não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório, que manterá suas garantias e privilégios;

II - não alterará as condições de pagamento, os critérios de atualização e a data de vencimento; e

III - não transferirá a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanecerá sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado.

**Art. 29.** Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

**Art. 30.** O cessionário não poderá transferir o direito creditório adquirido nos termos desta Lei, salvo com anuência expressa do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Art. 31.** A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção pelo Estado, perante o cessionário ou terceiros quanto à responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

**Art. 32.** Nos procedimentos necessários à formalização da cessão de direito creditório de que trata esta Lei, o Estado deverá preservar o sigilo em relação a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros, bem como quanto à natureza e o estado dos respectivos negócios ou atividades.

**Art. 33.** Autoriza o Poder Executivo a constituir sociedade de propósito específico, sob a forma de sociedade por ações com a maioria absoluta do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado.

§ 1º A sociedade de propósito específico de que trata o *caput* deste artigo não poderá receber do Estado recursos financeiros para o custeio em geral, incluída a despesa com pessoal, não podendo, em nenhuma hipótese, ser caracterizada como empresa dependente do tesouro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante, o Poder Executivo poderá abrir o capital da sociedade de que trata este artigo, observando-se, para tanto, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinados à integralização do capital social da sociedade por ações, mencionada no *caput* deste artigo.



### TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 34.** Até a implantação do Cadin Estadual, a concessão de alvará, licença ou autorização decorrente ou não do Poder de Polícia Estadual ficará condicionada à apresentação da Certidão Negativa de Tributos Estaduais.

**Art. 35.** O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, a adequação, complementação e a fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas.

**Art. 36.** É considerada de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado a Fazenda Pública Estadual em processo cujo valor total atualizado, englobando crédito principal, custas e despesas processuais, seja igual ou inferior a R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º O valor disposto no *caput* deste artigo será corrigido anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme ato do Poder Executivo.

§ 2º Se for expedido precatório requisitório para satisfação do crédito principal, o pagamento das custas processuais, ainda que se trate de serventia estatizada, deverá ser realizado juntamente com aquele, não se admitindo a expedição autônoma de requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV).

§ 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado do registro no Sistema Integrado de Documentos da entidade devedora de requerimento instruído com a requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV), expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

§ 4º O disposto neste artigo entra em vigor na data de publicação desta Lei e tem aplicação imediata, restando revogadas todas as disposições em contrário, apenas não produzindo efeitos em relação aos pedidos de pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV protocolizados perante a Administração Pública Estadual anteriormente à entrada em vigor desta Lei.

**Art. 37.** Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, nos termos da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

**Art. 38.** A autorização para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira.



**Art. 39.** O art. 6º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as de Parceria Público Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder executivo. (NR)"

**Art. 40.** O recolhimento de taxas e de outras receitas públicas no Estado do Paraná será efetuado exclusivamente por meio de guia única de recolhimento.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo estabelecerá o cronograma e demais regras para implantação do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 41.** O art. 2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais."

**Parágrafo único.** Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte verificado ao final de cada exercício será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado." (NR)

**Art. 42.** Altera a Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013:

I – o § 2º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de recursos vinculados de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;"

II – acresce os §§ 5º e 6º ao art. 2º com a seguinte redação:

"§ 5º Os recursos transferidos ao SIGERFI PARANÁ referentes a recursos livres serão incorporados ao saldo do Tesouro Geral do Estado."

"§ 6º Os saldos de recursos referentes às fontes vinculadas de receita de que trata a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, serão baixados ao final do período de sua vigência, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º do mesmo diploma legal." (NR)

**Art. 43.** Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na data de publicação desta Lei.

**Art. 44.** Fica reduzida em até R\$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R\$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

**Art. 45.** Ficam acrescentados os art. 4º-A e 4º-B à Lei nº 14.160, de 16 de outubro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O Poder Executivo poderá autorizar tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS, visando garantir a competitividade da produção e da comercialização paranaense.

Art. 4º-B Ficam convalidados os atos realizados que estejam em acordo com o disposto nesta Lei."(NR)

**Art. 46.** Altera os seguintes arts. da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965:

I – o caput e o § 1º do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A COHAPAR será administrada por Diretoria composta na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

§ 1º O mandato dos Diretores será de acordo com o previsto na Lei Federal nº 6.404, de 1976."

II – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Conselho Fiscal será composto na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 1976."(NR)

**Art. 47.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 48.** Revoga:

I – a Lei nº 12.601, de 28 de junho de 1999;

II – o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;

III – os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 17.655, de 07 de agosto de 2013; e

IV – o art. 3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014.



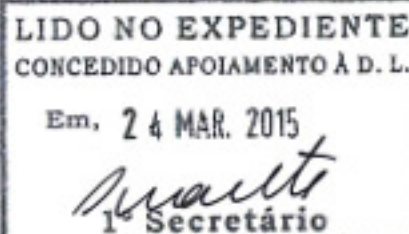
Por determinação do Sr. Presidente,  
I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em 24/03/2015  
Secretaria Geral da Presidência



**MENSAGEM**

Nº 010/2015

Curitiba, 23 de março de 2015.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI; o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD; e, a Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

Com relação ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e ao Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, a presente proposta legislativa tem como objetivo auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de suas pendências, reestabelecendo o fluxo financeiro e a manutenção de suas atividades. Para tanto, propõe-se a concessão de prazo estendido para o parcelamento de impostos estaduais, bem como a redução dos honorários advocatícios.

Vale ressaltar que, em ocasiões anteriores, foram editadas normas que continham os mesmos benefícios aqui propostos para que o contribuinte paranaense regularizasse suas pendências. Entretanto, tais normas tiveram curto período de vigência.

Considerando os resultados alcançados por ocasião daquelas normas, propõe-se novamente a oportunidade de regularização de pendências de impostos estaduais.

Propõe-se que seja autorizada a cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios autônomos originários de créditos tributários e não-tributários devidamente constituídos, objeto ou não de parcelamentos administrativos e judiciais, inclusive aqueles decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo. A proposta é inspirada por operações semelhantes ocorridas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Por fim, a alteração do caput e o § 1º do art. 9º e do art. 10, da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR visa tão somente adequar a legislação estadual à legislação federal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17579 - 28 de Maio de 2013

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8967 de 28 de Maio de 2013

**Súmula:** Institui o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ, destinado a centralizar em conta bancária do “Governo do Estado” as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado e dos fundos estaduais.

**Parágrafo único.** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as instituições financeiras e de seguros, direta ou indiretamente controladas pelo Estado; as empresas públicas e sociedades de economia mista de capital aberto; a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, os fundos de natureza previdenciária administrados pela PARANAPREVIDÊNCIA; os fundos compostos exclusivamente por recursos federais; os fundos decorrentes de vinculações constitucionais; e os recursos oriundos de convênios ou contratos que exijam segregação.

**Art. 2º.** O SIGERFI PARANÁ é um instrumento pelo qual a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA administrará as disponibilidades financeiras da Administração Direta e Indireta do Estado, propiciando a maximização dos ganhos na aplicação de recursos disponíveis e a flexibilização no direcionamento dos recursos, de maneira a contemplar o suprimimento de metas e programas traçados pelo Governo Estadual.

**§ 1º.** O SIGERFI PARANÁ será administrado pela SEFA e executado por instituição financeira oficial.

**§ 2º.** A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**§ 3º.** Os órgãos e entidades que realizarem arrecadações de recursos fora das instituições financeiras públicas ou privadas contratadas pelo Estado do Paraná deverão transferi-los, quando tornados disponíveis para movimentação, à instituição financeira responsável pela execução do SIGERFI PARANÁ.

**§ 4º.** As aplicações financeiras existentes na data da publicação desta Lei deverão ser resgatadas quando de seu vencimento e colocadas à disposição do SIGERFI PARANÁ, em nome do respectivo órgão ou entidade.

**Art. 3º.** Compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

- I** - gerenciar os saldos disponíveis diários existentes na conta centralizadora;
- II** - celebrar contratos e convênios com as instituições participantes do SIGERFI PARANÁ;
- III** - analisar e apreciar previamente os fluxos financeiros dos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ, autorizando a sua execução;
- IV** - fiscalizar o cumprimento das normas de que trata o SIGERFI PARANÁ, inclusive quanto aos valores autorizados no fluxo financeiro;
- V** - observar as normas de contabilidade no gerenciamento dos recursos, mantendo os registros contábeis individualizados dos valores correspondentes a cada órgão e entidade integrante do sistema, bem como dos respectivos rendimentos, com absoluta transparência e fidelidade;
- VI** - fornecer imediatamente as informações contábeis sempre que solicitadas pelos órgãos e entidades

integrantes do SIGERFI PARANÁ;

**VII** - definir o cronograma de implantação dos órgãos e entidades no SIGERFI PARANÁ.

**Art. 4º.** Compete aos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ manter controle contábil das transferências efetuadas para a conta centralizadora e informar, com antecedência mínima de 48 horas, a relação discriminada por item, dos pagamentos, informando disponibilidade orçamentária, credor e respectivo valor.

**Art. 5º.** Os recursos alocados à disposição do SIGERFI PARANÁ poderão ser remunerados, conforme contrato ou convênio a ser estabelecido entre a SEFA e os órgãos e entidades integrantes do sistema.

**Art. 6º.** O Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado poderão aderir ao SIGERFI PARANÁ mediante ajuste a ser celebrado com o Poder Executivo.

**Art. 7º.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará o funcionamento do SIGERFI PARANÁ.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 28 de maio de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
*Governador do Estado*

*Luiz Carlos Jorge Haully*  
*Secretário de Estado da Fazenda*

*Cassio Taniguchi*  
*Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral*

*Cezar Silvestri*  
*Secretário de Estado de Governo*

*Reinhold Stephanes*  
*Chefe da Casa Civil*

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



Publicado no Diário Oficial nº. 9355 de 16 de Dezembro de 2014

**Súmula:** Determinação para que os Fundos que especifica, existentes no Estado do Paraná, deixem de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receita.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1.º** Os Fundos a seguir especificados deixam de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receitas:

- I** - Fundo de Reequipamento do Fisco (Funrefisco), instituído pela Lei nº 10.898, de 22 de agosto de 1994;
- II** - Fundo de Equipamento Agropecuário, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951;
- III** - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas - FESD, instituído pela Lei nº 17.244, de 17 de julho de 2012;
- IV** - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR, instituído pela Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999;
- V** - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, instituído pela Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000;
- VI** - Fundo Penitenciário do Paraná - FUPEN, instituído pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964;
- VII** - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR, instituído pela Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011;
- VIII** - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON, instituído pela Lei nº 14.975, de 28 de dezembro de 2005;
- IX** - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.

**Art. 2.º** Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos Órgãos responsáveis por sua gestão, em despesas de qualquer natureza orçamentária.

**Art. 3.º** Os saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013, que sejam relativas a recursos vinculados, serão baixados pela Secretaria de Estado da Fazenda no prazo máximo de seis anos mediante:

- I** - encontro de contas com valores devidos ao Tesouro Geral do Estado;
- II** - compensação com aplicação de recursos do Tesouro Geral do Estado em despesas dos órgãos, fundos e entidades.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de dezembro de 2014.

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17479 - 10 de Janeiro de 2013

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8874 de 10 de Janeiro de 2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito externo com o Banco Credit Suisse - AG, destinada à reestruturação da dívida CRC - COPEL, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito externo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse - AG, em valor equivalente a até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a serem convertidos em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio em vigor à época do desembolso, destinados à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL para utilização pelo Estado de créditos desta junto à União Federal, representados pelos saldos remanescentes da Conta de Resultados a Compensar - CRC, assinado em 04 de agosto de 1994, com base no art. 5º, § 4º da Lei Federal nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, e na Lei Estadual nº 10.637, de 14 de dezembro de 1993, bem como dos respectivos termos aditivos, sendo o último deles assinado em 21 de janeiro de 2005.

**Art. 2º** A operação de crédito será garantida pela República Federativa do Brasil.

**§ 1º** Para obter a garantia da União com vistas à contratação da operação de crédito externo de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias ao Tesouro Nacional.

**§ 2º** As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem a cessão de:

**I** - direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159, I, "a", e II, da Constituição da República, ou resultantes de tais cotas ou parcelas transferíveis de acordo com o preceituado na mesma Constituição, respeitada sua vinculação à aplicação especial, quando for o caso;

**II** - receitas próprias do Estado, a que se referem os arts. 155 e 157 da Constituição da República, nos termos do § 4º do art. 167, acrescentado à Constituição da República pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

**Art. 3º** Os recursos provenientes das operações de crédito serão consignados como receita no orçamento do Estado ou em créditos adicionais.

**Art. 4º** O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Clóvis Agenor Rogge  
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

Cássio Taniguchi  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral



Publicado no Diário Oficial nº. 8629 de 12 de Janeiro de 2012

**Súmula:** Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Fica criado o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias público-privadas em projetos de interesse público, inclusive o fomento de atividades privadas nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

**§ 1º.** O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

**§ 2º.** Fica vedado aos órgãos, fundos e entidades mencionados no § 1º deste artigo o desenvolvimento e a celebração de parcerias público-privadas fora do âmbito do Programa ora instituído.

~~**§ 3º.** Toda celebração de parceria público-privada mencionada no caput deste artigo deverá ser devidamente informada à Assembleia Legislativa do Paraná pelos respectivos órgãos, fundos ou entidades envolvidos no âmbito do Programa ora instituído.~~  
(Revogado pela Lei 18376 de 15/12/2014)

**Art. 2º.** Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

**§ 1º.** Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**§ 2º.** Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

**§ 3º.** Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**§ 4º.** É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

**I** - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

**II** - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 05 (cinco) anos; ou

**III** - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**Art. 3º.** As concessões administrativas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004, aplicando-se adicionalmente o disposto nos arts. 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987/1995 e no art. 31, da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

**§ 1º.** As concessões patrocinadas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079/2004, aplicando-se

**Art. 6º.** Fica instituído o Conselho Gestor, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de gerir o Programa de Parcerias Público-Privadas (Paraná Parcerias), com as seguintes atribuições:



**I** - definir atividades, obras ou serviços considerados prioritários para ingressar no Programa, cuja execução possa se dar sob o regime de parceria, determinando a realização de estudos técnicos;

**II** - apreciar manifestações de interesse em participar de parcerias público-privadas, observados os procedimentos gerais para o registro, a seleção e a aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem definidos por ato do próprio Conselho;

**III** - encaminhar projetos de parcerias público-privadas para deliberação do Governador do Estado, observadas as exigências da Lei;

**IV** - fixar procedimentos para a contratação de parcerias público-privadas, inclusive aprovar seus respectivos editais;

**V** - fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;

**VI** - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

**VII** - instituir padrões digitais e contratos de parcerias público-privadas no âmbito estadual;

**VIII** - editar manual de orientação técnica para as parcerias público-privadas firmadas pelo Estado do Paraná;

**IX** - criar sistemas unificados de acompanhamento da execução de contratos de parceria e sua avaliação;

**X** - elaborar o seu Regimento Interno.

**Parágrafo único.** Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá demais atribuições e funcionamento do Conselho Gestor instituído no presente artigo.

**Art. 7º.** O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

**I** - o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, como presidente;

**II** - o Secretário de Estado da Fazenda;

**III** - o Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

**IV** - o Secretário-Chefe da Casa Civil;

**V** - o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;

**VI** - Procurador-Geral do Estado.

**VII** - Diretor Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A - FOMENTO PARANÁ.  
(Incluído pela Lei 18376 de 15/12/2014)

**§ 1º.** Poderão participar das reuniões do Conselho Gestor, com direito à voz e sem direito a voto, os titulares de órgãos e entidades da Administração Estadual que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão do vínculo do objeto da matéria a ser apreciada pelo Conselho.

**§ 2º.** O Conselho deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

**§ 3º.** A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

~~**Art. 8º.** O Conselho Gestor remeterá para a Assembleia Legislativa, semestralmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parceria público-privadas.~~

**Art. 8º.** O Conselho Gestor remeterá para a Assembleia Legislativa, anualmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parcerias público-privadas.  
(Redação dada pela Lei 18376 de 15/12/2014)

**IV - DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**



Publicado no Diário Oficial nº. 4885 de 14 de Novembro de 1996

(vide Lei 14260, de 22/12/2003) (vide Lei 14260, de 22/12/2003)

**Súmula:** Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei nº. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

## CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

**Art. 2º.** O imposto incide sobre:

**I** - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

**II** - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

**III** - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

**IV** - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

**V** - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

**VI** - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.  
(Incluído pela Lei 15342 de 22/12/2006)

**§ 1º.** O imposto incide também:

~~**I** - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;~~

**I** - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/02);  
(Redação dada pela Lei 14050, de 14/05/2003)

**II** - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

~~§ 3º. Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.~~

~~§ 3º. A Coordenação da Receita do Estado divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput".~~  
(Redação dada pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~§ 4º. No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.~~  
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~§ 5º. Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:~~  
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;~~  
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.~~  
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~§ 6º. A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o caput deste artigo.~~  
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

## SEÇÃO V DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

**Art. 39.** Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para denunciar a infração, terão excluída a imposição de penalidade.

**§ 1º.** Ocorre a denúncia espontânea quando não tenha sido iniciado formalmente, em relação à infração, qualquer procedimento administrativo ou outra medida de fiscalização.

~~§ 2º. Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo monetariamente atualizado e acrescido dos juros de mora devidos.~~

**§ 2º.** Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo acrescido dos juros de mora devidos.  
(Redação dada pela Lei 15610 de 22/08/2007)

## SEÇÃO VI DA REDUÇÃO DAS MULTAS

**Art. 40.** A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55, será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso.

**Parágrafo único.** As demais multas previstas no § 1º do art. 55 desta Lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas:

- a) em 75% (setenta e cinco por cento) quando pagas, até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;
- b) em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

## SEÇÃO VII - DO PARCELAMENTO

**Art. 41.** Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até sessenta parcelas, conforme critério fixado pela Secretaria da Fazenda.

**§ 1º.** O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.





mediante a leitura dos dados neles constantes;

**VII** - a falta de registro de notas fiscais de bens adquiridos para consumo ou para ativo fixo;

**VIII** - a superavaliação do estoque inventariado.

**Art. 52.** A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em decreto do Poder Executivo, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação ou prestação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

## SEÇÃO II DA CONSULTA

**Art. 53.** A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao ICMS formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

~~§ 1º. As respostas serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.~~

§ 1º. As respostas às consultas serão disponibilizadas periodicamente no endereço da Secretaria da Fazenda na internet.

(Redação dada pela Lei 17630 de 22/07/2013)

§ 2º. As repostas às Consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 3º. Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 4º. As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

## CAPÍTULO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 54.** Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

§ 1º. Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º. A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 55.** Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:

**I** - multa;

**II** - suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo.

§ 1º. Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos:

(vide Lei 14156, de 15/10/2003)

**I** - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

~~**II** - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;~~

**II** - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos





casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;  
(Redação dada pela Lei 14979 de 28/12/2005)

**III** - equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor do crédito do imposto:

- a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta Lei;
- b) indevidamente transferido, ao sujeito passivo que transferir créditos em desacordo com o disposto na legislação;

**IV** - equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

- a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;
- b) transportar, estocar ou manter em depósito, bem ou mercadoria abrangidos por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;
- c) executar prestação de serviço, abrangida por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhada de documentação fiscal;

**V** - equivalente a 7% (sete por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

- a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto;
- b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria beneficiados com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;
- c) executar prestação de serviço, beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhada da documentação fiscal regulamentar;

**VI** - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

- a) deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação tributada, inclusive sujeitas ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente;
- b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria tributados, inclusive sujeitos ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;
- c) executar prestação de serviço tributada, inclusive sujeita ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhadas de documentação fiscal regulamentar;

**VII** - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino da mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

**VIII** - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que:  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

- a) consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias ou serviços em operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;
- b) emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída, transmissão de propriedade ou entrada de bem ou mercadoria no estabelecimento, ou a uma prestação de serviço;
- c) adulterar documento fiscal, emitir ou utilizar documento fiscal falso, bem como utilizar documento fiscal de estabelecimento que tenha encerrado suas atividades ou cuja inscrição no cadastro de contribuintes estadual tenha sido cancelada "ex officio";



**IX** - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação quando estas sejam abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

**X** - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação, quando estas sejam tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

**XI** - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

**XII** - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

**XIII** - de 1 (uma) UPF/PR por documento fiscal, ao sujeito passivo que:

a) promover a impressão para si ou para terceiros de documento fiscal sem a competente autorização, ou fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ou inidôneo ainda não utilizado;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

b) deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os documentos fiscais não utilizados;

**XIV** - de 4 (quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) iniciar suas atividades antes do deferimento do pedido de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado;

b) preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

c) substituir as vias dos documentos fiscais em relação as suas respectivas destinações;

d) deixar de entregar à repartição fiscal de seu domicílio tributário vias de documentos fiscais a ela destinados;

e) retirar do estabelecimento, livros, documentos fiscais, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem autorização da repartição fiscal de seu domicílio tributário;

f) deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido na legislação, via a este destinada de documento fiscal;

g) não comunicar à repartição fiscal de seu domicílio tributário as alterações cadastrais, o reinício ou a paralisação temporária de suas atividades, ou deixar de entregar os documentos fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas atividades;

h) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações com isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;

i) não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

j) utilizar documento fiscal cujas características extrínsecas não observem fidelidade com os requisitos mínimos estabelecidos na legislação;

l) retirar, do estabelecimento do usuário, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem emissão do respectivo atestado de intervenção;

m) deixar de efetuar o recadastramento, no prazo e forma estabelecidos na legislação, no Cadastro de Contribuintes do Estado;



**n)** descumprir qualquer obrigação acessória determinada na legislação tributária, que não tenha infração prevista nas demais hipóteses deste artigo.  
(Incluído pela Lei 14979 de 28/12/2005)

**XV -** de 6 (seis) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

- a)** deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto;
- b)** deixar de entregar ou informar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os demonstrativos regulamentares;
- c)** deixar de requerer a sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do Estado no prazo fixado na legislação;
- d)** por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;
- e)** deixar de apresentar à repartição fiscal, na forma da legislação, o documento referente à cessação de uso de máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, ou ainda deixar de fazer a sua escrituração no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;
- f)** utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação tributária;
- g)** emitir atestado de intervenção em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação aplicável ou que nele consignar informações inexatas;
- h)** lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)
- i)** deixar de comunicar ao fisco a comercialização de equipamento emissor de cupom fiscal a usuário final estabelecido neste Estado;
- j)** não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações de saída com suspensão ou diferimento do imposto;

**XVI -** de 12 (doze) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

- a)** não apresentar ou não manter em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos fiscais;
- b)** fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral;
- c)** não atender à notificação de estorno de crédito, conforme previsão da alínea "h" do inciso anterior.  
(Incluído pela Lei 15343 de 22/12/2006)

**XVII -** de 24 (vinte e quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

- a)** utilizar, sem a autorização, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, ou sistema de processamento de dados, que emita documento fiscal ou cupom que o substitua, ou, ainda, que os utilize em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido autorizado;
- b)** utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares sem os lacres de segurança ou rompê-los, sem a observância da legislação;  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)
- c)** possuir, utilizar ou falsificar carimbo, impresso ou equipamento de uso exclusivo de repartição da Secretaria da Fazenda.  
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

**XVIII -** de 6 (seis) UPF/PR, por dia de atraso, até o máximo de 90 (noventa) UPF/PR, ao contribuinte que, devidamente notificado, não apresentar no prazo estabelecido, os arquivos, respectivos registros ou sistemas aplicativos em meios magnéticos;



~~XIX - de 0,5% (meio por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos, em desacordo com a legislação;~~

XIX - de 10 (dez) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos em desacordo com a legislação;  
(Redação dada pela Lei 14979 de 28/12/2005) (vide Lei 16017 de 19/12/2008)

~~XX - de 5% (cinco por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos;~~

XX - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos;  
(Redação dada pela Lei 14979 de 28/12/2005) (vide Lei 16017 de 19/12/2008)

XXI - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que, na condição de contribuinte substituído, deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a operações ou prestações que realizar sob regime da substituição tributária.  
(Incluído pela Lei 14859 de 19/10/2005)

XXII - de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor das operações ou prestações não informadas ou informadas em desacordo com a legislação, às administradoras de cartões de crédito, débito e similares que não entregarem, na forma e no prazo previstos na legislação, as informações sobre as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares.  
(Incluído pela Lei 17360 de 27/11/2012)

§ 2º. As multas previstas neste artigo, serão aplicadas sobre os respectivos valores básicos atualizados monetariamente nos termos definidos nesta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto de infração.

§ 3º. O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, na hipótese do inciso I do § 1º, observadas as reduções concedidas pelo art. 40;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses.

~~§ 4º. Sem prejuízo do disposto no art. 40, o valor mínimo das multas, é o equivalente ao de 4 (quatro) UPF/PR em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa, em se tratando da penalidade prevista no inciso I do § 1º deste artigo.~~

§ 4º. O valor mínimo das multas aplicável em auto de infração é o equivalente a 4 (quatro) UPF/PR, em vigor na data da sua lavratura.  
(Redação dada pela Lei 14068, de 04/07/2003)

§ 5º. No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 6º. As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo, ressalvada a prevista no inciso I, exigível nos termos do art. 57, serão lançadas em processo administrativo fiscal de instrução contraditória, na forma do art. 56.

§ 7º. Não serão aplicadas as penalidades previstas nas alíneas "a" e "c" do inciso XV deste artigo, no caso de o Poder Executivo determinar o cancelamento "ex officio" da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do contribuinte que, respectivamente, deixar de apresentar o documento de informação e apuração e ficar comprovado, através de procedimento fiscal, a cessação de sua atividade no endereço cadastrado, ou que tenha encerrado suas atividades sem requerer sua exclusão na forma do § 5º do art. 33.

~~§ 8º. A multa prevista no inciso I do § 1º deste artigo será o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher, por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45, a partir da segunda inadimplência, consecutiva ou não, podendo ser aplicado em relação a estas o benefício descrito no art. 40 desta lei.~~  
(Incluído pela Lei 14979 de 28/12/2005) (Revogado pela Lei 15343 de 22/12/2006)



Publicado no Diário Oficial nº. 9355 de 16 de Dezembro de 2014

**Súmula:** Determinação para que os Fundos que especifica, existentes no Estado do Paraná, deixem de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receita.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1.º** Os Fundos a seguir especificados deixam de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receitas:

**I** - Fundo de Reequipamento do Fisco (Funrefisco), instituído pela Lei nº 10.898, de 22 de agosto de 1994;

**II** - Fundo de Equipamento Agropecuário, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951;

**III** - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas - FESD, instituído pela Lei nº 17.244, de 17 de julho de 2012;

**IV** - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR, instituído pela Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999;

**V** - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, instituído pela Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000;

**VI** - Fundo Penitenciário do Paraná - FUPEN, instituído pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964;

**VII** - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR, instituído pela Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011;

**VIII** - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON, instituído pela Lei nº 14.975, de 28 de dezembro de 2005;

**IX** - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.

**Art. 2.º** Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos Órgãos responsáveis por sua gestão, em despesas de qualquer natureza orçamentária.

**Art. 3.º** Os saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013, que sejam relativas a recursos vinculados, serão baixados pela Secretaria de Estado da Fazenda no prazo máximo de seis anos mediante:

**I** - encontro de contas com valores devidos ao Tesouro Geral do Estado;

**II** - compensação com aplicação de recursos do Tesouro Geral do Estado em despesas dos órgãos, fundos e entidades.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de dezembro de 2014.



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 5113 - 14 de Maio de 1965

**Alterado** Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 59 de 15 de Maio de 1965

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a constituir, na forma desta Lei, a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ, COHAPAR e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta Lei, a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR -, com a finalidade de estudar o problema da habitação popular, inclusive do tipo "favela", e o planejamento e execução de suas soluções, em coordenação com os diversos órgãos estaduais, municipais e outros, proporcionando àqueles que tenham pequenos rendimentos, a aquisição, ampliação, ou construção de moradia própria, assim na zona urbana como na rural, desde que não sejam proprietários de outra casa.

**Parágrafo único.** Poderá a COHAPAR dar amparo, a título provisório às "favelas" existentes, visando a assistência a seus moradores e a higienização das áreas ocupadas.

**Art. 2º.** No estatuto da COHAPAR serão observadas, em tudo que lhe for aplicável, as normas da Lei de sociedade anônimas.

**Art. 3º.** O capital inicial da COHAPAR será de cento e onze milhões de cruzeiros (Cr\$ 111.000.000), devendo o Estado do Paraná subscrever, no mínimo, cinquenta e um por cento (51%) do capital inicial da Companhia e dos aumentos que neste vierem a ser feitos.

**Parágrafo único.** Para a integralização das ações subscritas pelo Estado do Paraná, serão destinados, entre outros, as dotações orçamentárias, os bens, títulos e valores que forem incorporados, cedidos, ou transferidos de outros órgãos, entidades ou autarquias.

**Art. 4º.** A COHAPAR gozará dos benefícios de desapropriação por utilidade pública e por interesse social, de acordo com a legislação em vigor.

**Art. 5º.** A COHAPAR é declarada de utilidade pública, gozando seus bens e serviços de total isenção de impostos estaduais.

**Art. 6º.** O Estado do Paraná poderá garantir operações de créditos realizadas pela COHAPAR.

**Art. 7º.** A COHAPAR terá sede e foro na Cidade de Curitiba, podendo ter filiais em Cidades do Interior, e funcionará por tempo indeterminado.

**Parágrafo único.** Em caso de liquidação da COHAPAR, o seu acervo reverterá ao patrimônio do Estado do Paraná, depois de pagas as dívidas e reembolsado o capital dos demais acionistas.

**Art. 8º.** Não serão divididos os dividendos, participações, ou bonificações que couberem ao Estado do Paraná, sendo os mesmos levados aos fundos especiais de aumento do Capital da Companhia.

**Art. 9º.** A COHAPAR será administrada por Diretoria composta por três (3) a cinco (5) membros, eleitos pela assembléia geral de acionistas.

**§ 1º.** O mandato dos Diretores será de quatro (4) anos, facultada a recondução.

**§ 2º.** O Presidente da COHAPAR será escolhido pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os Diretores.

**Art. 10.** O Conselho Fiscal será composto de três (3) membros efetivos e de três (3) suplentes, devendo ser um dos membros e seu suplente indicados pelo grupo de acionistas minoritários.



**Art. 11.** Além do pessoal próprio, que ficará sujeito à legislação trabalhista, a COHAPAR poderá utilizar-se de servidores estaduais, que serão considerados, para todos os efeitos, como em efetivo exercício no Estado, vedada a acumulação de vencimentos e garantido o direito de opção.

**Art. 12.** O Chefe do Poder Executivo nomeará, dentro de trinta (30) dias, contados da vigência desta Lei, três (3) incorporadores que terão o prazo de sessenta (60) dias para promover e ultimar os atos necessários à constituição da Companhia.

**Parágrafo único.** Sem prejuízo das funções que lhe são próprias, os três (3) incorporadores poderão praticar todos os atos de competência da Diretoria, estando sujeitos às mesmas penalidades e responsabilidades.

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o montante de doze milhões de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000), para as despesas iniciais de constituição da Companhia, montante esse que será descontado da subscrição de ações a ser feita pelo Estado do Paraná.

**Art. 14.** Fica extinta a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, órgão paraestatal criado pela lei nº 360, de 5 de julho de 1950, passando o seu patrimônio, bens, depósitos bancários e títulos, para a propriedade do Estado.

**Art. 15.** Todos os contratos de compromisso de compra e venda, bem como os de venda de financiamento de casas populares, com pacto adjeto de hipoteca, assinados pela Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, são transferidos para a COHAPAR, que passará a cobrar as respectivas prestações, bem como assumirá todos os direitos e todas as obrigações desses contratos decorrentes.

**Art. 16.** Por ato do Chefe do Poder Executivo os servidores da extinta Caixa de Habitação Popular do Paraná, serão reletados de acordo com a conveniência do serviço e a respectiva habilitação profissional.

**Art. 17.** Os membros do Conselho Administrativo da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, legalmente efetivados em seus cargos, passarão para a disponibilidade remunerada com os vencimentos e vantagens correspondente ao nível vinte e dois (N-22), do Quadro de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Ao funcionário que contar com mais de dez (10) anos de efetivo exercício no serviço público estadual e houver desempenhado o mandato completo de membro do Conselho a que se refere este artigo, fica assegurado idêntico direito.

**Art. 18.** O patrimônio, bens, títulos, depósitos bancários, que passam à propriedade do Estado por força do Art. 14, desta Lei, bem como o montante do crédito previsto no art. 13, constituirão a integralização das ações a serem subscritas pelo Estado do Paraná.

**Art. 19.** A majoração de dois (2%) por cento do imposto de transmissão da propriedade imóvel, "causa mortis", prevista no art. 2º, da lei nº 4.376, de 6 de junho de 1961, continuará a ser cobrada e será recolhida em favor da COHAPAR.

**Art. 20.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 360, de 5 de junho de 1950 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 14 de maio de 1965.

*Ney Braga*

*Felipe Aristides Simão*

*Algacyr Guimarães*

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



Publicado no Diário Oficial nº. 9016 de 7 de Agosto de 2013

**Súmula:** Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## **Capítulo I**

### **Do objeto**

**Art. 1º.** Fica instituído o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, doravante denominado SFM.

## **Capítulo II**

### **Do objetivo**

**Art. 2º.** O SFM tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional, por meio de implementação de ações estratégicas voltadas ao financiamento de entidades municipais paranaenses e consórcios municipais, para satisfazer a demanda por serviços básicos, infraestrutura e bens públicos e fortalecimento institucional dos municípios e regiões paranaenses.

## **Capítulo III**

### **Da estrutura organizacional**

**Art. 3º.** Fazem parte da estrutura organizacional do SFM:

**I** - a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, órgão da administração direta do Governo do Estado do Paraná, responsável pela elaboração das políticas, do planejamento, da execução, da coordenação e do controle do desenvolvimento urbano e regional do Estado, cabendo-lhe a administração do SFM;

**II** - o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, ente de cooperação da SEDU, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, com a função de agente técnico operacional do SFM;

**III** - a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, instituição financeira de economia mista, pertencente ao Estado do Paraná, sociedade anônima de capital fechado, instituída pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, e alterações posteriores, com a função de agente financeiro do SFM;

**IV** - o Comitê de Investimento do SFM, órgão de natureza consultiva, deliberativa e propositiva, na forma de suas atribuições, composto por sete membros natos, sendo: o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que exercerá a função de presidente, o Secretário de Estado da Fazenda, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Secretário Chefe da Casa Civil, o Secretário da Secretaria de Estado de Governo, o Superintendente Executivo do PARANACIDADE e o Diretor Presidente da Fomento Paraná.

## **Capítulo IV**

### **Dos recursos**

**Art. 4º.** O SFM conta com: recursos do FDU, instituído pela Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988; dos respectivos retornos dos empréstimos e dos resultados das aplicações financeiras do FDU; com recursos do capital social da Fomento Paraná destinados ao setor público e respectivos retornos dos empréstimos às entidades municipais paranaenses, bem como dos resultados das aplicações financeiras; além de recursos de outras fontes.

**§ 1º.** Os retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná e os resultados auferidos em aplicações financeiras, desde que oriundos das integralizações feitas pelo FDU, deduzidos os custos

operacionais, apuradas na forma da totalidade dos dividendos, conforme determina a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deverão obrigatoriamente ser destacados e destinados para futuros empréstimos vinculados ao SFM, a partir do exercício fiscal de 2014.

**§ 2º.** O Estado do Paraná, na qualidade de acionista majoritário da Fomento Paraná, não poderá dar outra destinação a estes recursos em desconformidade com o que restou especificado no § 1º deste artigo.

**§ 3º.** Os custos operacionais referidos no § 1º deste artigo são as obrigações tributárias incidentes sobre os valores da conta específica destinada ao setor público, e as remunerações do PARANACIDADE e da Fomento Paraná definidas entre as partes.

## **Capítulo V**

### **Das atribuições**

**Art. 5º.** Cabe à SEDU:

**I** - administrar o SFM, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná;

**II** - definir os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;

**III** - controlar e estabelecer metas de desempenho, ações e indicadores ao PARANACIDADE no que tange ao SFM, acompanhando o devido cumprimento.

**Art. 6º.** Cabe ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE:

**I** - gerenciar operacionalmente o SFM em cumprimento às políticas de desenvolvimento urbano do Governo do Estado do Paraná;

**II** - propor os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;

**III** - verificar o atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos apresentados pelos municípios de acordo com o estabelecido pela SEDU;

**IV** - supervisionar o acompanhamento dos projetos e as medições das obras financiadas pelo SFM;

**V** - cumprir as metas estabelecidas pela SEDU.

**Art. 7º.** Cabe à Fomento Paraná:

**I** - realizar o gerenciamento financeiro dos recursos do seu capital social provenientes do FDU e destinados ao setor público, nos termos da legislação e regulamentos vigentes, do instrumento específico firmado com o PARANACIDADE;

**II** - solicitar ao Banco Central, quando necessário, destaque de parcela do patrimônio de referência para operações de crédito com o setor público, comunicando ao PARANACIDADE sua autorização;

**III** - manter contas bancárias e registros contábeis específicos para o SFM;

**IV** - elaborar mensalmente balancetes e demonstrativos financeiros relativos aos recursos do capital da Fomento Paraná destinados ao setor público, contemplando os retornos dos financiamentos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e, também, os resultados auferidos em aplicações financeiras, disponibilizando aos entes integrantes da estrutura fixada pelo art. 3º da presente Lei e nos termos da legislação do Sistema Financeiro Nacional.

**Art. 8º.** Cabe ao Comitê de Investimento do SFM:

**I** - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

**II** - estabelecer metas de aplicação ao SFM;

**III** - acompanhar o funcionamento do SFM, nos termos previstos nesta Lei;

**IV** - deliberar acerca dos relatórios de desempenho operacional e financeiro do SFM;

**V** - deliberar sobre os encargos contratuais para operacionalização dos financiamentos, tais como: custos, juros, spreads, prazos e garantias, observados os limites impostos, em conformidade com o



**Capítulo VI**  
Das disposições gerais



**Art. 9º.** Ficam convalidados os ajustes administrativos firmados entre SEDU/ PARANACIDADE e Fomento Paraná, nas disposições que não contrariem o que restou estabelecido nesta Lei.

**Art. 10.** A partir de 1º de janeiro de 2014, o art. 1º da Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se as alíneas do § 1º, os §§ 2º e 3º, e renumerando o § 1º como parágrafo único:

“Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Urbano, através das municipalidades paranaenses e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Parágrafo único. Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável, em programas que utilizem recursos internacionais e que visem à implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local.”

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado, a partir de 1º de janeiro de 2014, o art. 8º da Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006.

Palácio do Governo, em 07 de agosto de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR*  
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano

*Cezar Silvestri*  
Secretário de Estado de Governo

*Reinhold Stephanes*  
Chefe da Casa Civil

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**



**LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.**

Produção de efeito

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

(Vide Decreto-lei nº 1.978, de 1982)

(Vide Medida Provisória nº 608, de 2013)

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima**

**Características**

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

**Objeto Social**

Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

§ 1º Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

§ 2º O estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.

§ 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

**Denominação**

Art. 3º A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente mas vedada a utilização da primeira ao final.

§ 1º O nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, poderá figurar na denominação.

§ 2º Se a denominação for idêntica ou semelhante a de companhia já existente, assistirá à prejudicada o direito de requerer a modificação, por via administrativa (artigo 97) ou em juízo, e demandar as perdas e danos resultantes.

**Companhia Aberta e Fechada**

~~Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos a negociação em bolsa ou no mercado de balcão.~~

~~Parágrafo único. Somente os valores mobiliários de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser distribuídos no mercado e negociados em bolsa ou no mercado de balcão.~~

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 1º Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)



Parágrafo único. A expressão monetária do valor do capital social realizado será corrigida anualmente (artigo 167).



## **Alteração**

Art. 6º O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos desta Lei e do estatuto social (artigos 166 a 174).

## **SEÇÃO II**

### **Formação**

#### **Dinheiro e Bens**

Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

#### **Avaliação**

Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.

§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.

§ 2º Se o subscritor aceitar o valor aprovado pela assembléia, os bens incorporar-se-ão ao patrimônio da companhia, competindo aos primeiros diretores cumprir as formalidades necessárias à respectiva transmissão.

§ 3º Se a assembléia não aprovar a avaliação, ou o subscritor não aceitar a avaliação aprovada, ficará sem efeito o projeto de constituição da companhia.

§ 4º Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.

§ 5º Aplica-se à assembléia referida neste artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 115.

§ 6º Os avaliadores e o subscritor responderão perante a companhia, os acionistas e terceiros, pelos danos que lhes causarem por culpa ou dolo na avaliação dos bens, sem prejuízo da responsabilidade penal em que tenham incorrido; no caso de bens em condomínio, a responsabilidade dos subscritores é solidária.

#### **Transferência dos Bens**

Art. 9º Na falta de declaração expressa em contrário, os bens transferem-se à companhia a título de propriedade.

#### **Responsabilidade do Subscritor**

Art. 10. A responsabilidade civil dos subscritores ou acionistas que contribuírem com bens para a formação do capital social será idêntica à do vendedor.

Parágrafo único. Quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.

## **CAPÍTULO III**

### **Ações**

#### **SEÇÃO I**

##### **Número e Valor Nominal**

##### **Fixação no Estatuto**

Art. 11. O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações



## REQUERIMENTO



REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 010/15, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, e da Cessão de Direitos Creditórios e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 212/2015 – oriundo da Mensagem nº 010/15, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, e da Cessão de Direitos Creditórios e da outras providências, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2015.

  
DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
LIDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL. 31/03/15





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI N º 212/2015**

**Projeto de Lei nº 212/2015**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 10/2015**

**Súmula:**

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de débitos- PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

**EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA EM ANEXO. APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo visa a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências

Em sua justificativa o autor sustenta que “com relação ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e ao Programa Incentivado de



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Parcelamento de Débitos – PPD, a presente proposta legislativa tem como objetivo auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de suas pendências, reestabelecendo o fluxo financeiro e a manutenção de suas atividades. Para tanto, propõe-se a concessão de prazo estendido para o parcelamento de impostos estaduais, bem como a redução dos honorários advocatícios."

Ressalta "que, em ocasiões anteriores, foram editadas normas que continham os mesmos benefícios aqui propostos para que o contribuinte paranaense regularizasse suas pendências. Entretanto, tais normas tiveram curto período de vigência. Considerando os resultados alcançados por ocasião daquelas normas, propõe-se novamente a oportunidade de regularização de pendências de impostos estaduais".

Propõe também, "seja autorizada a cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios autônomos originários de créditos tributários e não-tributários devidamente constituídos, objeto ou não de parcelamentos administrativos e judiciais, inclusive aqueles decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo".

Por fim, propõe ainda adequar a legislação estadual à legislação federal, alterando o "caput e o § 1º do art. 9º e do art. 10, da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR"

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e  
Justiça:**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO desta Casa de Leis:

**Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como, da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:



**Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

(...)

**IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

**Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:**

(...)

**VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.**

Ademais, quanto aos temas propostos, cumpre ressaltar que está caracterizada a competência das Secretarias, especialmente da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), através do Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta Secretaria, conforme preceitua:

**Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação. (grifo nosso)**

**Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo; (grifo nosso)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária; (grifo nosso)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ademais, observa-se que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e, no que se refere à Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, na forma da emenda modificativa e supressiva em anexo.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015

  
Nelson Justus

Presidente

  
Luiz Cláudio Romanelli

Relator

  
VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER

Pericles  
Melo  
R

  
  
**APROVADO**

08.04.15

com restrição nos  
termos do voto, separado  
por Claudio R





**EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº**  
**212/2015**

Altera a redação dos artigos 41, 43 e 48 do Projeto de Lei 212/2015.

Art. 1º. O artigo 41, do Projeto de Lei n 212/2105, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. O art.2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais, excetuando-se de tais disposições o Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro 1988".

Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art.1º desta lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988".

Art. 2º. O Artigo 43, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o parágrafo 2º do art.2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



data de publicação desta Lei, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei n. 8917, de 15 de dezembro de 1988".

Art. 3º. O artigo 48, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. Revoga:

- I- a Lei nº12.601, de 28 de junho de 1999;
- II- o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;
- III- o art.3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014."

Sala das Sessões, 31 de março de 2015.

  
DEP. NELSON JUSTUS.

PRESIDENTE

  
DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

RELATOR

  
APROVADO

08.06.15 Termos  
Com restrição ao voto  
separado Dep. Claudio  
(AP)





## **VOTO EM SEPARADO**

Perante a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sobre o PL nº 212/2015, originado pela Mensagem nº 010/2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos PPD, da Cessão de Direitos Creditórios e dá outras providências.

### **I – RELATÓRIO**

Em 24 de março do corrente ano foi remetida à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Mensagem Governamental nº 010/2015, contendo proposta objetivando criar o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, o Programa Incentiva do Parcelamento de Débitos – PPD; e, a Cessão de Direitos Creditórios e dá outras providências.

Justificam-se as duas primeiras proposições pela necessidade de auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de suas pendências tributárias, concedendo prazo estendido para o parcelamento de impostos e diminuição de honorários advocatícios.

Quanto aos direitos creditórios, a proposta autoriza a cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios autônomos originários de créditos tributários e não tributários devidamente constituídos, inclusive aqueles decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo.

Consta igualmente da mensagem, dispositivos alterando a lei de regência do ICMS – Lei nº 11580 de 1996, tratando de questões fiscais, tais como



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Deputada Cláudia Pereira*



penalidades, regime especial de controle de contribuintes, arrolamento administrativo de bens e direitos, além de alterar o valor para as obrigações de pequeno valor, autoriza que o Estado formalize aditivo de refinanciamento de dívida com a União, institui guia única de recolhimento para todas receitas públicas, altera dispositivos de fundos financeiros, autoriza modificações nas leis contábeis e reduz as metas constantes da tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631 de 22/07/2013.

Devidamente recebida, a Mensagem foi lida e autuada e, ato contínuo, encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Pautada para o dia 31/03, o relator apresentou seu voto opinando pela aprovação do PL, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, com apresentação de emenda modificativa e supressiva, aos artigos 41, 43 e 48, com as quais concordamos.

## **II – ANÁLISE**

Não resta dúvida de que o Poder Executivo detém a prerrogativa legal para impulsionar mensagens direcionadas ao Legislativo propondo a criação ou alteração de leis ordinárias e, nesse ponto, não há qualquer óbice ou divergência que impeçam a regular tramitação do PL.

Ocorre que, necessariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a proposta, deverá observar o disposto no artigo 33 – A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, **in verbis**:

**Art.33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

***I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juricidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.***

Por sua vez, a Lei Complementar Federal nº 95/98, através do seu artigo 7º, inciso I e II, dispõe que:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Deputada Cláudia Pereira



**Art.7º - O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:**

**I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;**

**II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;**

Da mesma forma o legislador estadual trouxe para o regramento local – Lei Complementar Estadual nº 176/2014, dispositivo definindo a questão, englobando objeto único e impossibilidade de matéria estranha:

**Art. 8º - Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não terá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.**

O ordenamento aqui citado exige da lei a ser criada a conectividade material entre seus comandos: um único objeto e sem matérias estranhas a este objeto.

Não é só a boa técnica legislativa que está sob análise, mas, principalmente, o resguardo ao princípio da segurança jurídica.

A norma deve possuir uma estrutura central de onde fluem os assuntos que lhe são pertinentes e que conste no próprio título da lei, gerando segurança aos destinatários. O que não se enquadrar nesta lógica pode ser considerada uma norma parasitária, inserida na lei, mas sem pertinência com ela.

Num primeiro momento, avaliadas as diversas regras que compõe o PL em análise, parecia não haver conectividade entre as matérias a serem reguladas, entretanto, ao considerá-las em conjunto percebe-se que coletivamente buscam dotar o Executivo de vários instrumentos para realizar o chamado ajuste fiscal, havendo então a necessária correlação exigida.

### III – CONCLUSÃO

Sob o ponto de vista da legislação infraconstitucional alhures citada e da preservação da segurança jurídica devida aos destinatários da norma, quer nos



parecer que o PL, com exceção do art. 36 e os demais dispositivos relacionados às obrigações de pequeno valor - em função da derivação constitucional específica que o tema traz - deva ser aprovado, apenas com a ressalva de que o art. 36 e dispositivos correlatos devam constituir um novo Projeto de Lei que deve tramitar separadamente, nos termos do § 20 do art. 51 do Regimento Interno.

#### IV – VOTO

Não se questiona no presente voto a constitucionalidade e legalidade da Mensagem e PL em comento, entretanto é forçoso reconhecer que a técnica legislativa não foi observada na sua totalidade, motivo pelo qual opinamos pela separação das matérias constantes do presente projeto, nos termos acima expostos.

Sala das Comissões, em 8 de abril de 2015

*Cláudia Pereira*  
Relator

*Isidoro*  
Presidente  
CCI

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER  
*Pericles Mello*  
*PM*

APROVADO

08.04.15 *PM*





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015**  
**VOTO EM SEPARADO**

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

**1- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 212/2015, de autoria do Poder Executivo, trata de diversos assuntos que vão desde programas de parcelamentos de débitos até redução do valor da obrigação de pequeno valor.

Em observação ao art. 33-A do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se em relação à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural do referido Projeto de Lei.

**2- FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto trata de inúmeras matérias e apresenta ilegalidades e inconstitucionalidades insanáveis. Vejamos:

**a) Da técnica legislativa**

A começar pela confusão de matérias tratadas, são 19 temas absolutamente distintos e desconexos, que impactam significativamente na administração pública e na sociedade paranaense. São elas:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



- 1) Programa de Parcelamento Incentivado – PPI (do art. 1º ao art. 5º);
- 2) Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD (do art. 6º ao art. 17);
- 3) Novas penalidades aos infratores da legislação do ICMS (art. 18);
- 4) Regime especial de controle, fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes (do art. 19 ao art. 26);
- 5) Cessão de direitos creditórios (do art. 27 ao art. 33);
- 6) Cadin Estadual (art. 34);
- 7) Estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda (art. 35);
- 8) Alteração do valor e do prazo para pagamento das Obrigações de Pequeno Valor (art. 36);
- 9) Aditivo a contrato de financiamento de dívida com a União (art. 37);
- 10) Dívida do Estado com a Companhia Paranaense de Energia - Copel (art. 38);
- 11) Conselho Gestor de Concessões (art. 39);
- 12) Taxas e receitas públicas (art. 40);
- 13) Utilização de recursos financeiros de Fundos do Poder Executivo (art. 41);
- 14) Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – Sigerfi Paraná (art. 42);
- 15) Baixa dos saldos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio (art. 43);
- 16) Redução da meta fiscal do resultado primário de 2014 (art. 44);
- 17) Tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS (art. 45);
- 18) Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR (art. 46);





## 19) Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM (art. 48. III).

O inciso II do art. 7º da Lei Complementar Federal nº 95/1998 veda a junção de matérias distintas e desconexas em um único Projeto. Vejamos:

*II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;*

No mesmo sentido dispõe o art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 176/2014:

*Art. 8º Excetuada as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não terá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.*

Assim, considerando que o Projeto trata de temas diversos e sem qualquer afinidade entre si, resta inequívoca a ilegalidade em razão do vício na técnica legislativa.

### **b) Do PPI e do PPD**

O Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD propõem a recuperação de débitos fiscais e de outras naturezas.

Não obstante a relevância da matéria, os programas são ilegais.

Conforme determina o art. 14<sup>1</sup> da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, qualquer renúncia de

<sup>1</sup> Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



receita pública deverá estar acompanhada da estimativa das previsões financeiras contidas no orçamento, ao longo de 3 (três) anos, a contar do exercício em que começam a vigor as disposições concessivas. Ainda, deverá comprovar que a renúncia de receita foi prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA e que não afetará as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. E mais, deverá demonstrar que a sociedade lucrará com a renúncia. Para tanto, deverá apresentar medidas de compensação ou demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA.

O Projeto não traz nenhuma das informações acima citadas, eivando de ilegalidade os artigos que tratam do PPI e do PPD.

### **c) Da Cessão dos Direitos Creditórios**

O Projeto autoriza o Poder Executivo a ceder à sociedade de propósito específico ou a fundo de investimento em direitos creditórios, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos e judiciais, relativos aos impostos, taxas de qualquer espécie e origem, multas administrativas de natureza não tributária, multas contratuais, ressarcimentos, restituições e indenizações.

Para a integralização do capital social da referida sociedade, o Projeto autoriza a abertura de crédito especial até o limite de R\$ 5 milhões.

No caso dos créditos tributários a cessão poderá recair sobre os créditos cujos fatos geradores já tenham ocorrido. Ou seja, poderão ser cedidos inclusive os créditos decorrentes de incentivos fiscais concedidos. E

---

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.





no caso dos créditos não tributários poderá recair sobre os créditos vencidos.

A ilegalidade da proposta já foi apontada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que afirma que a venda de ativos é uma operação de crédito, e como tal, deve obedecer o disposto nos art. 32<sup>2</sup> da LRF, como por

<sup>2</sup> Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III - (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I - encargos e condições de contratação;

II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23.





exemplo a prévia e expressa autorização contida na LOA, e que sejam destinados a gastos com despesas de capital.

Contrariando a orientação do TCU, o Projeto trata a matéria de forma diversa e não cumpre os requisitos da LRF, tornando ilegais os artigos que dispõe sobre a cessão dos direitos creditórios.

Também, há ilegalidade na abertura do crédito especial até o limite de 5 milhões de reais para a integralização do capital social da sociedade de propósito específico.

Conforme determina o art. 43<sup>3</sup> da Lei Federal nº 4.320/1964, a abertura de crédito especial depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Além disso, o ato que abrir o crédito deverá indicar a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, nos termos do art. 46 da citada Lei.

Ainda, o Projeto prevê que o Estado será o detentor da maioria absoluta do capital votante da sociedade de propósito específico, o que é vedado pelo § 4º do art. 9º da Lei Federal nº 11.079/2004, tornando ilegal o art. 33 do Projeto. É a redação do § 4º:

---

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

<sup>3</sup> Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.





*Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.*

*(...)*

*§ 4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.*

Assim, não havendo no Projeto qualquer informação sobre a abertura do crédito, o artigo que autoriza sua abertura é ilegal.

#### **d) Da utilização dos recursos dos Fundos do Poder Executivo**

O Projeto autoriza a utilização dos recursos de todos os Fundos do Poder Executivo para o pagamento de despesas de qualquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais. Além disso, transfere ao final de cada exercício, todo o superávit financeiro dos Fundos para o Tesouro Geral do Estado.

Tais medidas são ilegais. Conforme determina o art. 8º<sup>4</sup> da LRF, os Fundos são compostos de recursos vinculados e como tal, devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação. O mesmo acontece com o saldo financeiro dos fundos. O artigo 73<sup>5</sup> da Lei Federal nº 4.320/1964 dispõe que o saldo financeiro só poderá ser transferido para conta diversa da conta específica do Fundo se houver previsão expressa na lei de criação do Fundo.

#### **e) Da redução da meta do resultado primário**

O Projeto reduz em até R\$ 2,5 bilhões a meta fiscal do resultado primário, prevista pela Lei Estadual nº 17.631/2013, que dispõe a LDO do exercício financeiro de 2014.

<sup>4</sup> Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

<sup>5</sup> Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.



O superávit primário de 2014 foi estabelecido no anexo das metas fiscais da LDO de 2014 e deveria alcançar o valor de R\$ 2.339.690.000,00 (dois bilhões trezentos e trinta e nove milhões e seiscentos e noventa mil reais). Este valor foi determinado considerando uma receita prevista de R\$ 35.521.658.681,00 (trinta e cinco bilhões quinhentos e vinte e um milhões seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e um reais).

Como se trata de uma previsão de receita e pode ser frustrada, o art. 9º da LRF prevê que caso haja frustração, deverá haver, em 30 dias, limitação de empenhos e de movimentação financeira. Vejamos:

*Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.*

Ocorre que a receita prevista na LDO de 2014 não foi frustrada, já que as Receitas Correntes alcançaram R\$ 38,67 bilhões e as Receitas de Capital somaram outro R\$ 1,33 bilhão. Já descontado o FUNDEB a Receita Líquida realizada em 2014 alcançou a cifra de R\$ 35.761.689.083,00 (trinta e cinco bilhões setecentos e sessenta e um milhões seiscentos e oitenta e nove mil e oitenta e três reais), portanto R\$ 240 milhões de reais acima da previsão da LDO.

Destarte, o cumprimento das metas de superávit primário e nominal eram perfeitamente possíveis e só não foram alcançados por terem sido realizados gastos superiores àqueles previamente autorizados pela LDO.

O não cumprimento das determinações da LDO constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e implica em crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos, nos termos dos artigos 10 e 11, respectivamente, da Lei Federal nº 1.079/1950. Constitui ainda, crime de responsabilidade, conforme dispõe o art. 74 da citada Lei.





Assim, o objetivo real do Projeto é adequar as contas do Governo Estadual à realidade orçamentária, de forma a evitar que o resultado financeiro do exercício fiscal de 2014 aponte o descumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO e o Governo arque com as consequências de tal descumprimento.

Ocorre que LDO é uma lei ordinária, com validade apenas para um exercício específico. De acordo com o § 2º do art. 165 da Constituição Federal, a LDO *"compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento"*.

Assim, obviamente, a Lei que trata da LDO do exercício financeiro de 2014 tem validade certa e determina durante o exercício financeiro de 2014, não podendo ser alterada após o dia 31 de dezembro de 2014.

Ao enviar o pedido após o encerramento do exercício de 2014 o Governo está tão somente buscando adequar à Lei aquilo que ele não realizou.

Por fim, cumpre destacar que é dever do Poder Legislativo verificar o cumprimento das metas fiscais, conforme dispõe o art. 59 da LRF, não podendo agora avalizar o descumprimento da norma.

## **f) Das outras ilegalidades**

Por fim, o Projeto é inconstitucional por propor as medidas abaixo elencadas, que contrariam princípios basilares da administração pública, tais como a Supremacia do Interesse Público, a Moralidade e a Eficiência:

- Redução do valor das obrigações de pequeno valor, de 40 salários mínimos (previsto na Resolução nº 123/2009 da Procuradoria Geral do Estado) para R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Conforme determina a Constituição federal, tais obrigações devem ser pagas pelo Estado logo após a expedição da RPV (requisição de pequeno valor). Isso significa que condenações impostas contra o Estado que ultrapassem o novo limite terão que ser submetidas ao regime dos precatórios. Ressaltasse que o



Estado sequer tem feito o repasse constitucional para pagamento dos precatórios (mínimo de 2% da receita corrente líquida).


- Exclusão das definições atuais das atribuições e composição do Conselho Gestor de Concessão e determinação de que as novas atribuições e composição serão estabelecidas por ato do Poder Executivo. A alteração implica em revogação do § 3º do art. 7º da Lei 17.046/2012, que estabelece que a participação no Conselho não será remunerada. Assim, o Executivo poderá determinar a composição que quiser para o Conselho e pagar o valor que quiser para os seus membros.

- Revogação de dispositivos da Lei que institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, para que os recursos advindos dos retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná e os resultados auferidos em aplicações financeiras não precisem mais ser destinados para futuros empréstimos. Assim, o Poder Executivo poderá utilizar tais recursos para o que quiser.

### 3- CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 212/2015, por estarem ausentes requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.


  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
Relator do Voto em Separado

**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**

*Riduo, Alerondu  
Tiozo, Felipe  
Quito, Romanehi  
Sionovaco, Bernar  
Claudio, R. Ed.  
Gilson.*

**REJEITADO**

*08/04/15* 





**PROJETO DE LEI Nº 212/2015**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, autuado por esta Diretoria Legislativa com o número 212/2015.

Após a devida instrução, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Durante as reuniões da Comissão foram apresentados além do parecer do relator (Deputado Luiz Cláudio Romanelli), dois votos em separado.

Em resumo, são essas as deliberações e resultados das três análises:

RELATOR/AUTOR	VOTO	RESULTADO
Deputado Luiz Cláudio Romanelli	Aprovação do projeto, na forma da emenda anexa.	Aprovado com restrições, nos termos do voto em separado da Deputada Cláudia Pereira.
Deputada Cláudia Pereira	Aprovação do projeto e determinação de que as matérias que não guardem afinidade, pertinência ou conexão sejam separadas.	Aprovado, com voto contrário do Deputado Péricles de Mello
Deputado Péricles de Mello	Não aprovação do projeto.	Rejeitado.

Pelo estudo da documentação juntada ao projeto e da ata da reunião da comissão, observa-se que a CCJ decidiu por aprovar a proposta original e as emendas apresentadas pelo relator. O colegiado optou ainda por separar a proposta em dois projetos de lei distintos, sendo um com as disposições do art. 36 e demais normas relativas ao tema das requisições/certidões de pequeno valor, e outro com os demais dispositivos.

O § 20 do art. 51 do Regimento Interno prevê que "quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados".

Diante disso, não restam dúvidas de que a CCJ detém a competência necessária para apartar a proposta em mais de um projeto.

Entretanto, para adequar as novas propostas às normas de técnica legislativa, não basta apenas readequar a sua estrutura, mas também se faz



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



necessária a criação de novos textos para a composição da ementa, da cláusula de vigência, de eventual cláusula de revogação, etc.

Para tanto, verificamos que além do art. 36, apenas o inciso I do art. 48 trata do tema de precatórios requisitórios.

Pelo exposto, esta Diretoria Legislativa propõe em anexo os textos que comporão cada um dos novos Projetos de Lei para análise dos membros da CCJ.

**Dylliardi Alessi**

**Diretor Legislativo**





## **1 – PROJETO 1 (Projeto de Lei 212/2015):**

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

### **TÍTULO I** **DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **Capítulo I** **Do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI**

**Art. 1º** Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

§ 1º Os valores espontaneamente denunciados poderão ser pagos com os benefícios previstos neste artigo.

§ 2º Os honorários advocatícios para os créditos tributários ajuizados e quitados com os benefícios desta Lei, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito tributário.

§ 3º Para liquidação das parcelas, serão aplicados juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



5º O ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 6º O disposto neste artigo:

I - se aplica aos créditos tributários em que sejam exigidas as penalidades previstas no § 1º do art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, inclusive as dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV e alíneas "b" e "c" do inciso XVII, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM; e

II - não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas e não se aplica cumulativamente com a redução das multas de que trata o art. 40 da Lei nº 11.580, de 1996, e nem com outros benefícios anteriormente concedidos.

§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo.

**Art. 2º** A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

**Parágrafo único.** O ingresso no programa dar-se-á por formalização da opção do contribuinte e da homologação do fisco no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

**Art. 3º** Implica revogação do parcelamento:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

III - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado; e

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

**Art. 4º** O contribuinte poderá optar por pagar a parte do crédito tributário lançado que reconhecer devida, mantendo a discussão sobre o restante.

§ 1º Caso opte pelo pagamento de parte do débito, o contribuinte deverá informar ao fisco, até a data determinada pelo Poder Executivo, o valor que pretende liquidar, a data-base e o respectivo valor original.

§ 2º A partir dos dados fornecidos pelo contribuinte, o fisco emitirá um demonstrativo de atualização monetária e dos juros, em duas vias, sendo a primeira via juntada aos autos do processo administrativo fiscal e a outra entregue ao requerente, como informação dos valores a pagar.





**Art. 5º** Os benefícios previstos no art. 1º desta Lei prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.

**Capítulo II**  
**Do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD**

**Art. 6º** Institui o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD, para a liquidação de débitos referidos no art. 7º desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

**Art. 7º** Os benefícios concedidos na forma do art. 8º e 9º desta Lei aplicam-se aos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e aos de natureza não-tributária vencidos até 31 de dezembro de 2014, referentes:

- I - ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;
- II - ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;
- III - a taxas de qualquer espécie e origem;
- IV - a multas administrativas de natureza não-tributária de qualquer origem;
- V - a multas contratuais de qualquer espécie e origem;
- VI - à reposição de vencimentos de servidores de qualquer categoria funcional; e
- VII - a ressarcimentos ou restituições de qualquer espécie e origem.

**Parágrafo único.** Poderão também ser incluídos no PPD débitos que se encontrarem nas seguintes situações:

- I - valores informados pelo devedor, relacionados a obrigações vencidas até 31 de dezembro de 2014;
- II - saldo de parcelamento rescindido; e
- III - saldo de parcelamento em andamento.

**Art. 8º** O beneficiário do PPD poderá recolher o débito consolidado, com os descontos de que trata o art. 9º desta Lei:

- I - em uma única vez; e
- II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:



I - R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas físicas; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), para pessoas jurídicas.

§ 2º Será exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

**Art. 9º** Os descontos concedidos na liquidação dos débitos são os abaixo indicados:

I - relativamente ao débito tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% (quarenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, nas hipóteses de parcelamento;

II - relativamente ao débito não-tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, nas hipóteses de parcelamento.

**Parágrafo único.** Os honorários advocatícios para os créditos tributários e não tributários ajuizados, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito.

**Art. 10.** Para efeito do Programa previsto no art. 6º desta Lei, considera-se débito:

I - tributário, a soma do tributo, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação;

II - não-tributário, a soma do débito principal, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação; e

III - consolidado, o somatório dos débitos, tributários e não-tributários, selecionados pelo beneficiário para inclusão no PPD.

**Art. 11.** O prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

**Art. 12.** O parcelamento ou o pagamento em parcela única, relativamente aos componentes tributários ou não-tributários do débito consolidado:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



I - expressa confissão irrevogável e irretratável; e

II - implica renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

§ 1º A desistência das ações judiciais e dos embargos à execução fiscal deverá ser comprovada, no prazo de sessenta dias contados da data do recolhimento da primeira parcela ou da parcela única, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas.

§ 2º Os documentos destinados a comprovar a desistência mencionada no § 1º deste artigo deverão ser entregues na Procuradoria Geral do Estado.

§ 3º O recolhimento efetuado, integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do Fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente.

**Art. 13.** O parcelamento previsto nesta Lei será considerado:

I - celebrado, após a adesão ao programa, com o recolhimento da primeira parcela no prazo fixado nesta Lei; e

II - rompido, na hipótese de:

a) inobservância de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei;

b) inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

c) falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado;

d) descumprimento de outras condições a serem estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Estado.

**Parágrafo único.** O parcelamento rescindido:

I - implica imediato cancelamento dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei, reincorporando-se integralmente ao débito tributário ou não-tributário objeto do benefício os valores reduzidos e tomando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação;

II - acarretará, conforme o caso:

a) em se tratando de débito não inscrito em dívida ativa, a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal ou o protesto da Certidão de Dívida Ativa; e



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

## *Diretoria Legislativa*



b) em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento da execução fiscal.

**Art. 14.** Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

**Art. 15.** A concessão dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de importância recolhida anteriormente ao início da vigência desta Lei.

**Art. 16.** Poderá ser abatido do débito a ser recolhido na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei o valor dos depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo referente aos débitos incluídos no parcelamento, sendo que eventual saldo em favor:

I - do Fisco, permanecerá no referido parcelamento; e

II - do beneficiário, ser-lhe-á restituído.

§ 1º - Para fins do abatimento previsto neste artigo, o beneficiário deverá:

I - informar o valor atualizado dos depósitos judiciais existentes; e

II - autorizar a Procuradoria Geral do Estado a efetuar o levantamento dos depósitos judiciais, nos autos da ação em que foram realizados.

§ 2º Cópia da autorização a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverá ser entregue na Procuradoria Geral do Estado instruída com o comprovante do valor depositado, no prazo de sessenta dias contados da celebração do parcelamento ou do recolhimento da parcela única.

§ 3º O abatimento de que trata este artigo será definitivo, ainda que o parcelamento venha a ser rompido.

**Art. 17.** No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.

### **Capítulo III**

#### **Das Disposições Gerais**

**Art. 18.** Acresce os incisos XXIII e XXIV ao § 1º e os §§ 9º e 10 ao art. 55 na Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Diretoria Legislativa



"XXIII - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto e por mês de atraso, ao contribuinte que não apresentar ou não transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, a EFD - Escrituração Fiscal Digital, ou transmiti-la sem registros na hipótese de haver movimento informado em GIA/ICMS ou GIA-ST, sem prejuízo de novo lançamento de ofício se continuar a omissão;

XXIV - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar a EFD sem observância dos procedimentos exigidos na legislação.

§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinentes a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital.

§ 10 Sem prejuízo do disposto no § 9º deste artigo, ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades pertinentes à Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS e à Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST previstas neste artigo, aplicam-se, também, em relação à entrega dos arquivos digitais referentes à EFD - Escrituração Fiscal Digital." (NR)

**Art. 19.** O art. 52 da Lei nº 11.580, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda poderá determinar regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes, visando ao cumprimento de obrigações, conforme definido pelo Poder Executivo.

§ 1º Considera-se devedor contumaz o contribuinte que:

I - considerando cada estabelecimento, deixar de recolher o ICMS declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS, Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST ou apurado por meio da Escrituração Fiscal Digital - EFD, no todo ou em parte, relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo; ou

II - considerando todos os estabelecimentos da empresa, tiver créditos tributários inscritos em dívida ativa em valor superior a:

a) 30% (trinta por cento) do patrimônio da empresa; ou

b) 30% (trinta por cento) do faturamento anual declarado em GIA/ICMS, em GIA-ST ou em EFD.

§ 2º Não serão computados, para efeitos deste artigo, os créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do Código Tributário Nacional.

§ 3º O regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento consiste na aplicação, isolada ou cumulativamente, das seguintes medidas, além das demais previstas nesta Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



I - impedimento à utilização de benefícios ou incentivos fiscais relativamente ao ICMS;

II - exigência, a cada operação ou prestação, do pagamento do tributo correspondente, inclusive o devido por substituição tributária, anteriormente à emissão do documento fiscal, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto;

III - inclusão automática na programação de fiscalização; e

IV - autorização prévia e individual para emissão de notas fiscais.

§ 4º O regime especial de que trata este artigo não dispensa o contribuinte do cumprimento das demais obrigações acessórias e não elide a aplicação de outras medidas que visem garantir o recebimento dos créditos tributários, como:

I - arrolamento administrativo de bens;

II - proposição de Ações Cautelares Fiscais;

III - representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária, econômica ou delito de outra natureza; e

IV - cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, conforme previsto em decreto do Poder Executivo.

§ 5º O contribuinte deixará de ser considerado devedor contumaz se os débitos que motivaram essa condição forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa." (NR)

**Art. 20.** O arrolamento de bens e direitos poderá ser procedido após a constituição do crédito tributário e até o início da execução fiscal, por Auditor Fiscal, sempre que a soma dos créditos de responsabilidade do sujeito passivo exceder, cumulativamente:

I - 30% (trinta por cento) do seu patrimônio; e

II - 10.000 (dez mil) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná.

§ 1º Não serão computados na soma dos créditos tributários aqueles para os quais exista depósito administrativo ou judicial.

§ 2º Na hipótese de o sujeito passivo se tratar de pessoa física, deverão ser identificados inclusive os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com cláusula de incomunicabilidade.

§ 3º Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo deverá ser considerado individualmente, por sujeito passivo, a soma dos créditos sob a sua responsabilidade e o seu patrimônio.

§ 4º Na hipótese de responsabilidade prevista nos arts. 133 e 134 do CTN – Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), somente serão





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Diretoria Legislativa



arrolados os bens e direitos dos responsáveis se o patrimônio do contribuinte não for suficiente para a satisfação do crédito tributário.

**Art. 21.** Para os efeitos do arrolamento administrativo, patrimônio será:

I - relativamente à pessoa jurídica, a totalidade de bens e direitos constantes de seu ativo não circulante, conforme balanço patrimonial mais recente, ou aqueles constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

II - tratando-se de pessoa física, inclusive o empresário, a totalidade de bens e direitos constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a meação relativamente aos bens e direitos comuns do casal.

**Parágrafo único.** Para os efeitos do arrolamento, bem como do cálculo do percentual a que se refere o inciso I do art. 20 desta Lei, identificados indícios de sonegação de informações no balanço patrimonial ou na declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal, serão verificadas outras fontes disponíveis, tais como certidões de registro de imóveis, certificado de registro de veículos, aeronaves, embarcações e de propriedade industrial.

**Art. 22.** O arrolamento administrativo também poderá ocorrer por iniciativa do sujeito passivo.

**Art. 23.** O ato de arrolamento indicará os créditos tributários aos quais está vinculado.

§ 1º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário fica obrigado a comunicar, no prazo de cinco dias, à repartição fazendária de seu domicílio tributário, a alienação, a oneração ou a transferência a qualquer título, dos bens e dos direitos arrolados.

§ 2º Implicará requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo:

I - o descumprimento da formalidade prevista no § 1º deste artigo; e

II - a falta de substituição dos bens e direitos constantes no termo de arrolamento concomitantemente a sua alienação, oneração ou transferência, a qualquer título.

**Art. 24.** O ato de arrolamento deve ser registrado:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados; e

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 1º Ficam os cartórios, registros, órgãos e entidades mencionados neste artigo obrigados a comunicar à Coordenação da Receita do Estado, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a ocorrência de alienação, de transferência ou de oneração dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Diretoria Legislativa



§ 2º Ficam isentos do pagamento de custas ou emolumentos os serviços de averbação e registro de que trata este artigo, bem como o fornecimento de certidão ou relação de bens e direitos pelos órgãos competentes.

§ 3º Fica a critério do sujeito passivo, a expensas dele, requerer, anualmente, aos órgãos de registro público onde os bens e direitos estiverem arrolados, por petição fundamentada, avaliação dos referidos ativos, por perito indicado pelo próprio órgão de registro, a identificar o valor justo dos bens e direitos arrolados.

**Art. 25.** Nos casos de extinção, nulidade, improcedência ou retificação do lançamento do crédito tributário vinculado ao arrolamento, em valor que implique redução da soma dos créditos tributários para montante que não justifique a manutenção do arrolamento, a Coordenação da Receita do Estado comunicará o fato ao cartório ou entidade competente de registro e controle em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, para que sejam cancelados os efeitos do arrolamento.

**Parágrafo único.** Na hipótese de crédito tributário vinculado ao arrolamento ter sido liquidado ou garantido, após o ajuizamento da ação judicial, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a comunicação a que se refere o *caput* será feita pela Procuradoria Geral do Estado.

**Art. 26.** Autoriza o Poder Executivo a modificar o valor previsto no inciso II do art. 20 desta Lei, no interesse da administração tributária.

## TÍTULO II

### DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

**Art. 27.** Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

**Art. 28.** A cessão do direito creditório:

I - não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório, que manterá suas garantias e privilégios;





II - não alterará as condições de pagamento, os critérios de atualização e a data de vencimento; e

III - não transferirá a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanecerá sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado.

**Art. 29.** Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

**Art. 30.** O cessionário não poderá transferir o direito creditório adquirido nos termos desta Lei, salvo com anuência expressa do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Art. 31.** A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção pelo Estado, perante o cessionário ou terceiros quanto à responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

**Art. 32.** Nos procedimentos necessários à formalização da cessão de direito creditório de que trata esta Lei, o Estado deverá preservar o sigilo em relação a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros, bem como quanto à natureza e o estado dos respectivos negócios ou atividades.

**Art. 33.** Autoriza o Poder Executivo a constituir sociedade de propósito específico, sob a forma de sociedade por ações com a maioria absoluta do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado.

§ 1º A sociedade de propósito específico de que trata o *caput* deste artigo não poderá receber do Estado recursos financeiros para o custeio em geral, incluída a despesa com pessoal, não podendo, em nenhuma hipótese, ser caracterizada como empresa dependente do tesouro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante, o Poder Executivo poderá abrir o capital da sociedade de que trata este artigo, observando-se, para tanto, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinados à integralização do capital social da sociedade por ações, mencionada no *caput* deste artigo.

### **TÍTULO III** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Diretoria Legislativa

DIRETORIA  
Pág. 769

**Art. 34.** Até a implantação do Cadin Estadual, a concessão de alvará, licença ou autorização decorrente ou não do Poder de Polícia Estadual ficará condicionada à apresentação da Certidão Negativa de Tributos Estaduais.

**Art. 35.** O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, a adequação, complementação e a fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas.

**Art. 36.** Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, nos termos da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

**Art. 37.** A autorização para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira.

**Art. 38.** O art. 6º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as de Parceria Público Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder executivo. (NR)"

**Art. 39.** O recolhimento de taxas e de outras receitas públicas no Estado do Paraná será efetuado exclusivamente por meio de guia única de recolhimento.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo estabelecerá o cronograma e demais regras para implantação do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 40.** O art. 2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais, excetuando-se de tais disposições o Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988."

**Art. 41.** Altera a Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013:

I – o § 2º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de recursos vinculados de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.";

II – acresce os §§ 5º e 6º ao art. 2º com a seguinte redação:

"§ 5º Os recursos transferidos ao SIGERFI PARANÁ referentes a recursos livres serão incorporados ao saldo do Tesouro Geral do Estado.

§ 6º Os saldos de recursos referentes às fontes vinculadas de receita de que trata a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, serão baixados ao final do período de sua vigência, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º do mesmo diploma legal."(NR)

**Art. 42.** Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na data de publicação desta Lei, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

**Art. 43.** Fica reduzida em até R\$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R\$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

**Art. 44.** Ficam acrescentados os art. 4º-A e 4º-B à Lei nº 14.160, de 16 de outubro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O Poder Executivo poderá autorizar tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS, visando garantir a competitividade da produção e da comercialização paranaense.

Art. 4º-B Ficam convalidados os atos realizados que estejam em acordo com o disposto nesta Lei."(NR)

**Art. 45.** Altera os seguintes arts. da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965:

I – o caput e o § 1º do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A COHAPAR será administrada por Diretoria composta na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

§ 1º O mandato dos Diretores será de acordo com o previsto na Lei Federal nº 6.404, de 1976."



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



II – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Conselho Fiscal será composto na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 1976.”(NR)

**Art. 46.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 47.** Revoga:

I - o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;

II - o art. 3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014.

Curitiba, 13 de abril de 2014.





## 1 – PROJETO 2 (Projeto de Lei a ser numerado pela Diretoria Legislativa):

Define as obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, e adota outras providências.

**Art. 1º** É considerada de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado a Fazenda Pública Estadual em processo cujo valor total atualizado, englobando crédito principal, custas e despesas processuais, seja igual ou inferior a R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º O valor disposto no *caput* deste artigo será corrigido anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme ato do Poder Executivo.

§ 2º Se for expedido precatório requisitório para satisfação do crédito principal, o pagamento das custas processuais, ainda que se trate de serventia estatizada, deverá ser realizado juntamente com aquele, não se admitindo a expedição autônoma de requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV).

§ 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de noventa dias, contado do registro no Sistema Integrado de Documentos da entidade devedora de requerimento instruído com a requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV), expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e tem aplicação imediata, apenas não produzindo efeitos em relação aos pedidos de Requisição de Pequeno Valor – RPV protocolizados perante a Administração Pública Estadual anteriormente à entrada em vigor desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria Legislativa



Art. 3º Revoga a Lei nº 12.601, de 28 de junho de 1999.

Curitiba, 13 de abril de 2015.

Os deputados que abaixo subscrevem declaram estar de acordo com as redações dos projetos acima propostas:

CLAUDIA VANESSA SOUZA FORTUNA PEREIRA	
Gulson Souza	
Pr. Edson Praczyk	
EDMO LUPION	
Felipe	
GUTO SILVA	
Renaty Melo	
N. JUSTUS	
SCANAUACA	
CARLI	
Curi	
Romanelli	
Trigo Amaral	

VOTO  
CONTRÁRIO  
AO PARECER  
13.04.15

APROVADO

13.04.15





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**VOTO: DEPUTADO TADEU VENERI**

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ILEGALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE. NÃO APROVAÇÃO.

**Fundamentação:**

Considerando se tratar de Mensagem do Poder Executivo, cumpre salientar a previsão do artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a qual determina que a iniciativa das leis ordinárias e



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

complementares são de competência do Governador do Estado, conforme adiante transcrito:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Portanto, é de competência do Governador do Estado a iniciativa da propositura do presente projeto.

Contudo, analisando a mensagem nº 010/2015, projeto de lei nº 212/2015, observa-se alguns pontos que merecerem atenção minuciosa, alguns pela inconstitucionalidade da matéria outros pela discricionariedade da matéria e outros por tratar de mais de um objeto/matéria no mesmo Projeto de Lei.

### **BENEFÍCIO FISCAL E RENÚNCIA DE RECEITAS**

A proposta apresentada caracteriza renúncia de receitas, isso porque ao lançar o tributo há uma expectativa de arrecadação registrada na Lei Orçamentária, quando o contribuinte não paga o tributo há uma frustração de receita e comprometimento da execução das políticas públicas, a inadimplência do contribuinte é registrada na dívida ativa do Estado e sobre esses valores passam a incidir juros e multas, esse novo valor passa a ser lançado na Lei Orçamentária Anual - LOA como "nova" expectativa de receita, agora classificado como dívida ativa. Ao conceder o benefício de pagar o tributo com desconto de multa e juros, o Estado realizará a receita de juros e





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

multa em valor menor que o previsto na Lei Orçamentária, caracterizando renúncia tributária.

Essas receitas estão registradas na dívida ativa e em multas e juros, conforme Manual Técnico de Orçamento 2015, elaborado e divulgado pela Secretaria Estadual da Fazenda-SEFA, destacado abaixo:

**ANEXO IV COMPOSIÇÃO DA RECEITA POR FONTES DE RECURSOS  
RECEITA CENTRALIZADA**

<b>FONTE 100: ORDINÁRIO NÃO VINCULADO</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>%</b>	
1931.14.12	Receita da Dívida Ativa do IPVA – Parcela Estadual	100	
1931.14.13	Receita da Dívida Ativa do IPVA – Parcela Municipal	100	
1931.15.12	Receita da Dívida Ativa do ICMS – Parcela Municipal	100	
1931.15.13	Receita da Dívida Ativa do ICMS – Parcela Municipal	100	
9911.41.12	Dedução de Receita de Multas e Juros de Mora do IPVA para a Formação do FUNDEB	50	
9911.42.12	Dedução de Receita de Multas e Juros de Mora do	50	



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

	ICMS para Formação do FUNDEB
--	------------------------------

FONTE 122: RECURSOS PROVENIENTES DO PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			%
1325.22.00	Remuneração Sobre Recursos Provenientes do Programa Paraná Competitivo			100
1922.99.22	Outras Restituições			100
1990.17.00	Receita do Programa Paraná Competitivo			100

FONTE 128: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO FISCO – FUNREFISCO					
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO			%
1325.28.00		Remuneração sobre Recursos do Fundo de Reequipamento do Fisco – funrefisco			100
1922.99.28		Outras Restituições			100
1911.20.00		Multas e Juros de Mora do ITCMD 50			50
1911.41.12		Multas e Juros de Mora do IPVA – Parcela Estadual 50			50
1911.42.12		Multas e Juros de Mora do ICMS – Parcela Estadual 50			50
1921.99.28		Outras Indenizações do FUNREFISCO 100			100





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Pode-se, observar de acordo com o Manual Técnico de Orçamento 2015, que os débitos inscritos em dívida ativa – composto de principal, juros e multa – compõem a receita tributária tanto pelo recebimento do principal, quanto dos juros e multa, com a proposta do Estado na mensagem nº 010/2015 concedendo desconto no pagamento de juros e multa, haverá sem dúvida uma frustração de receita, a Fazenda deixará de receber parte dos valores lançados, o que caracteriza renúncia parcial de receita tributária.

**PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI**

Em relação ao Plano de Parcelamento Incentivado - PPI, elaborado pelo Poder Executivo, o qual visa beneficiar o contribuinte Pessoa Jurídica com alguns incentivos fiscais através da isenção parcial de multas e juros, observa-se que a intenção embora nobre por dar a opção ao contribuinte de parcelar seus débitos perante o Estado, o projeto apresenta vícios de origem.

O primeiro vício de origem identificado é a falta da apresentação do impacto orçamentário e financeiro e medida de compensação, pois, conforme determina a lei de Responsabilidade Fiscal e demais Leis que tratam das questões orçamentárias nas diversas esferas de governo, ao momento em que o Poder Executivo apresenta proposta de leis com renúncia de receita, deve apresentar tal impacto, não somente o financeiro, mas também o orçamentário acompanhado de medida de compensação da receita renunciada ou demonstrativo da estimativa da receita apresentado na Lei Orçamentária – LOA contendo tal renúncia, de acordo com o art. 12 da LRF:



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*"Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas".*

Ao considerar que a execução orçamentária do Estado do Paraná prevista no Ciclo Orçamentário Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015 e por mais de uma vez no primeiro trimestre desta execução o Poder Executivo altera tais leis que passaram pelo processo de elaboração, análise e aprovação conforme determina a Constituição Federal e Lei 4320/1964, a qual rege o orçamento público no país, entende-se e constata-se que o Orçamento do Estado do Paraná é elaborado, aprovado, executado e administrado de forma discricionária e incompatível com o determinado por tal legislação. Ou seja, ao momento em que o Poder Executivo renúncia uma receita prevista no Ciclo Orçamentário e sem a devida apresentação do impacto, tanto o orçamento financeiro, o fiscal e a medida de compensação, o projeto torna-se inconstitucional.

Importante destacar que o estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto na LRF, deve ser apresentado com o valor financeiro renunciado referente a cada receita anteriormente prevista na LOA, com o devido endereçamento orçamentário, ou seja, apresentar todas as dotações envolvidas na renúncia e a medida de compensação deve ser apresentada da mesma forma, com todo o endereçamento orçamentário. Vale





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

ressaltar que a execução orçamentária efetuada de forma incompatível entre (PPA, LDO e LOA) **acarreta em crime de responsabilidade fiscal**.

Além dos vícios apresentados acima, a proposta do Plano de Parcelamento Incentivado-PPI - da forma em que esta formulada os incisos I e II do art. 1º-, oportuniza e abre brecha para ser executado mais uma vez de forma discricionária, conforme:

*"I - em parcela única com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e*

*II- em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros".*

A palavra "até", permite que o Poder Executivo estabeleça critérios diferenciados para as mesmas situações, ou seja, torna a execução da matéria desigual ao contribuinte devedor. Vale ressaltar ainda que, a letra da lei deve ser e ter o caráter determinativo do objeto ora em discussão e não ser mais um mecanismo de possibilidades que visem atos discricionários. A Constituição Federal no Inciso II do art. 150, é claro e imperativo, se não vejamos:

*"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

*II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos".*



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Em relação ao "§ 4º do art. 1º na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento)", a multa moratória prevista em 20%, se expressa abusiva e deve ser revista pelo poder executivo e aplicada em percentuais previstos pelo código civil, ou seja, 1%.

Em relação ao "§ 5º do art. 1º, o ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada a *Secretaria de Estado da Fazenda*". Entende-se que ao estabelecer obrigatoriedade do contribuinte manter conta corrente vinculada às instituições financeiras conveniadas a Secretaria de Estado da Fazenda, o Poder Executivo está onerando o contribuinte, pois, deve ser observado que as instituições financeiras cobram taxas, tarifas e outros débitos decorrentes da manutenção da conta, portanto, o Governador ao estabelecer tal obrigatoriedade, está infringindo o Código Civil Brasileiro, pois nenhum ente pode determinar que a pessoa jurídica ou física contraia possíveis dívidas, mesmo que futura, portanto, este parágrafo também encontra-se na ilegalidade.

Em relação ao inciso I do § 6º do art. 1º, entende-se que, a frase "**e as penalidades correlatas das leis ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM**", fere direitos, sendo aprovado desta forma, o contribuinte terá que responder pela legislação em vigência e as supostas leis anteriores não mencionadas pelo projeto em análise, oportunizando o Poder Executivo legislar por conta própria, com a discricionariedade em que administra o Estado. Da mesma forma o "§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observara o prazo estabelecido em Ato do Poder Executivo", ao não definir a data para formalização do pedido de ingresso.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS – PPD**

Em relação ao Plano de Parcelamento de Débitos - PPD, elaborado pelo Poder Executivo, o qual visa beneficiar o contribuinte Pessoa Física com alguns incentivos fiscais através da isenção parcial de multas e juros, observa-se que a intenção embora nobre por dar a opção ao contribuinte de parcelar seus débitos perante o Estado, o projeto apresenta vários vícios de origem.

A falta da apresentação do impacto orçamentário e financeiro e medida de compensação, pois, conforme determina a lei de Responsabilidade Fiscal e demais Leis que tratam das questões orçamentárias nas diversas esferas de governo, ao momento em que o Poder Executivo apresenta proposta de leis com renúncia de receita, deve apresentar tal impacto, não somente o financeiro, mas também o orçamentário, acompanhado de medida de compensação da receita renunciada ou demonstrativo da estimativa da receita apresentado na Lei Orçamentária – LOA, contendo tal renúncia como previsto no art. 12 da LRF:

*“ Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do Índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas”.*

Ao considerar que a execução orçamentária do Estado do Paraná prevista no Ciclo Orçamentário Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

exercício de 2015 e por mais de uma vez no primeiro trimestre desta execução o Poder Executivo altera tais leis que passaram pelo processo recente de elaboração, análise e aprovação conforme determina a Constituição Federal e a Lei 4320/1964, a qual rege o orçamento público no país, entende-se e constata-se que o Orçamento do estado do Paraná é elaborado, aprovado, executado e administrado de forma discricionária e incompatível com o determinado por esta legislação. Ou seja, ao momento em que o Poder Executivo renúncia uma receita não prevista no Ciclo Orçamentário e sem a devida apresentação do impacto, tanto o orçamentário como financeiro e a medida de compensação, o projeto torna-se inconstitucional.

Lembrando que o estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto na LRF, deve ser apresentado com o valor financeiro renunciado referente a cada receita anteriormente prevista com o devido endereçamento orçamentário, ou seja, apresentar todas as dotações envolvidas na renúncia e a medida de compensação deve ser apresentada da mesma forma, com todo o endereçamento orçamentário. Vale ressaltar que a execução orçamentária efetuada de forma incompatível entre (PPA, LDO e LOA) acarreta em crime de responsabilidade fiscal.

No Capítulo II, Programa incentivado de Parcelamento de Débitos, o "§ 2 do art. 8º, *será exigida a autorização do débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada a Secretária de Estado da Fazenda*". Entende-se que, ao estabelecer a obrigatoriedade do contribuinte manter conta corrente vinculada às instituições financeiras conveniadas a Secretaria de Estado da Fazenda, o Poder Executivo está onerando o contribuinte, pois, deve ser observado que as instituições financeiras cobram taxas, tarifas e outros débitos decorrentes da manutenção da conta, portanto, o Governador ao estabelecer tal





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

obrigatoriedade está infringindo o Código Civil Brasileiro, pois, nenhum ente pode determinar que a pessoa jurídica ou física contraia possíveis dívidas, mesmo que futura. Portanto, este parágrafo deve ser excluído da matéria ora em análise.

Em relação ao Art. 11º *"prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamentos serão estabelecidos em Ato do Poder Executivo"*, mais uma vez oportuniza o Executivo a legislar por conta própria.

Em relação ao § 3º do art. 12, *"o recolhimento efetuado integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente"*, oportuniza o Executivo a legislar por conta própria e fere direitos do contribuinte e princípios constitucionais. Ressalta-se que a condição prévia para o contribuinte aderir ao PPD é renunciar dentre outros ao direito de questionar seus débitos de forma judicial, o que de fato é justo, porém a aprovação deste parágrafo irá permitir ao fisco o direito de que mesmo que o contribuinte pague em dia suas parcelas, cumpra com a sua parte no contrato, ainda assim o fisco poderá futuramente torna-lo devedor.

Em relação ao art. 14, *"do art. 1º na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, **multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento)**"*, a multa moratória prevista em 20%, se expressa abusiva, no entanto, deve ser revista pelo poder executivo e aplicada em percentuais previstos pelo código civil, ou seja, 1%.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Em relação ao art. 17, "No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios".

A Constituição Federal, em seu art. 158 inciso III, assim disciplina a matéria:

*"Art. 158. Pertencem aos Municípios:*

*III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios";*

Com a aprovação do projeto, a Assembleia Legislativa estará mudando norma imperativa, em flagrante inconstitucionalidade.

### **CAPITULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Em relação ao artigo 18 do projeto em análise, alertamos que a aprovação poderá criar dificuldades de tal ordem que elevaria o número de empresas a fecharem suas portas.

A UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, o valor unitário estipulado para o exercício de 2015 equivale a R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos), ou seja:

UPF/PR	para	Valor unitário	Total
2015			





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

1 unidade	R\$ 79,90	
20 unidades	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00

Determinada Pessoa Jurídica que por ventura não efetue a apuração num determinado mês e atrasa 3 meses terá uma dívida significativa com o estado, apurada em R\$ 6.392,00 (seis mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme tabela:

UPF/PR para 2015	Vlr unitário	Total	Penalidade por:
1 unidade	R\$ 79,90		
20 unidades	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Falta de apuração no período
20 unid. Mês 01 de atraso	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Mês 01 de atraso
20 unid. Mês 02 de atraso	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Mês 02 de atraso
20 unid. Mês 03 de atraso	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Mês 03 de atraso
<b>Total = 80 unidades</b>	<b>R\$ 319,16</b>	<b>R\$ 6.392,00</b>	<b>Devedor no período</b>



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Ao considerar que a mesma empresa não efetue a apuração nos três meses em que atrasou a primeira apuração, o valor passa para R\$. 15.980,00 (quinze mil, novecentos e oitenta reais), conforme tabela:

	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	Total Geral
	R\$ 1.598,00				
	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00			
	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00		
	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	
<b>Total por mês, por apuração e por atraso:</b>	<b>R\$ 6.392,00</b>	<b>R\$ 4.794,00</b>	<b>R\$ 3.196,00</b>	<b>R\$ 1.598,00</b>	<b>R\$ 15.980,00</b>

Considerando os altos índices de mortalidade empresarial no país e em nível de Estado, a aprovação da alteração da Lei 11.580/96, transcrita no artigo 18 do projeto, irá contribuir com o aumento de tal índice. Deve ser considerado que a EFD – Escrituração Fiscal Digital em linhas gerais, já prevê multas diversas ao não cumprimento de tal obrigação.

Como o Poder Executivo não apresentou impacto financeiro, fiscal e orçamentário de tais mudanças, nem os impactos positivos nem os impactos negativos, tornando mais uma vez a proposta em ato discricionário, ao alterar a lei que regulamenta a maior arrecadação do





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

Estado do Paraná, observando que em 2014 a arrecadação tributária proveniente do ICMS no Estado foi de R\$ 19.278.593.163,67, o que representa 82,82% da receita tributária total e 49,91% das receitas primárias, tal alteração deve ser, após retirados os vícios de origem, apreciada em forma apartada ao projeto em análise.

RECEITA TRIBUTÁRIA	
TOTAL	23.451.454.348,44
ICMS	19.278.593.163,67
Variação %	82,21%

RECEITAS PRIMÁRIAS	
CORRENTES	38.624.385.544,88
ICMS	19.278.593.163,67
Variação %	49,91 %

A proposta apresenta vícios de origem, confrontando-se com a ordem legal e constitucional, passando por cima da transparência e da isonomia na gestão pública.

No inciso I do § 1º, do artigo 19, encerra da seguinte forma (...) *"relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo"*. A proposta na forma apresentada fornece plenos poderes para que tal gestor atue conforme sua vontade. Há de ser observado que para o empresário existem - dentre outras - as obrigações tributárias e as obrigações acessórias e não pode ficar refém da vontade de tal gestor, considerando que há planejamento dos gastos e a



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

proposta ora em análise contribuirá mais uma vez para a mortalidade de algumas empresas ocasionando efeito contrário à proposta, ou seja, ao invés do Estado aumentar a arrecadação poderá perder receita com tais medidas.

Em relação ao artigo 20, o inciso II apresenta tal redação: "II – 10.000 (dez mil) UPF/PR Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná", vale ressaltar que cada UPF/PR equivale a R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos), 10.000 UPF/PR equivale a R\$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil).

1 unid. UPF/PR	10.000 unid. UPF/PR	Total
R\$ 79,90	10.000,00	R\$ 799.000,00

O artigo 26 do projeto apresenta tal redação "Autoriza o Poder Executivo a modificar o valor previsto no inciso II do art. 20 desta Lei, no interesse da Administração".

Ora, incansavelmente a legislação que regulamenta a transparência na gestão pública proíbe tal ato, importante lembrar que ADMINISTRAR CONFORME O INTERESSE DO GESTOR acarreta em crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa, a aprovação do art. 26, permitirá que o gestor torne o processo desigual, podendo beneficiar ou majorar valores a quem lhe for conveniente.

### **DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

Em relação ao artigo 27, observa-se que o Poder Executivo pede autorização a Assembleia Legislativa para *Ceder, a título*





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

oneroso, à sociedade de propósitos específico a que se refere o art. 33 desta lei, ou seja, o referido artigo sendo aprovado na forma transcrita, estará oportunizando o Executivo, mais uma vez administrar de forma discricionária, além da autorização prévia da cessão de direitos creditórios, não é claro e não é objetivo sobre quem ira receber tais direitos creditórios, considerando que o artigo faz menção a sociedade de propósito específico e/ou fundo de investimento em direitos creditório ", à sociedade de propósitos específico a que se refere o art. 33 desta lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários", vale ressaltar que a forma com que este artigo é apresentado, vai contrário a norma legal estabelecido pela Lei Complementar 95 de 1998.

Além de autorizar algo antes da constituição legal da unidade competente para gerir tais direitos, a redação induz ao entendimento que sendo aprovado desta forma ficará a critério do Executivo decidir quem será o gestor, a sociedade de propósitos específico a que se refere o art. 33 desta lei, ou ao fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores? Portanto, vele lembrar que são unidades gestoras distintas e para cada uma, há uma regulação diferente. Quais sejam:

#### **DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE**

Em relação ao art. 33 do PL, o instituto da sociedade de propósito específico foi inserido no nosso ordenamento jurídico por meio da Lei Federal nº 11.079/2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

pública, com a finalidade específica de implantar e gerir o objeto da parceria público-privada.

*Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.*

*§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.*

*§ 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.*

*§ 3º A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.*

*§ 4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.*

*§ 5º A vedação prevista no § 4º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento”.*

Ora, o objeto da Sociedade de Propósito Específico - SPE a ser constituída pelo presente projeto para adquirir do Estado, a título oneroso, os créditos tributários e não tributário, nada tem a ver com o desenvolvimento de esforços em comum para a realização de obras ou prestação de serviços, que é a verdadeira finalidade da SPE, de que cuida a Lei Federal de nº 11.079/2004.

Pelo contrário, a SPE a ser construída com a maioria do capital pertencente ao Estado, comete grave infração ao § 4º, do





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

art. 9º, da lei 11.079/2004, pois, terá como objeto social *"a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais"* lastreadas nos direitos creditórios de titularidade do Estado.

Como se observa, a SPE sendo aprovada de acordo com o art. 33 e § 1º, § 2º e § 3º deste projeto, não se trata de sociedade de propósito específico, mas sim de verdadeira empresa controlada pelo Poder Executivo que deterá a maioria de seu capital votante, nos termos do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, que define a empresa controlada como sendo *"a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação"*.

Ao observar de forma detalhada o objeto social da referida *"sociedade de propósito específico"* a que a presente proposta de lei se refere, se trata da constituição de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTROLADA, com a finalidade de obter recursos financeiros junto ao mercado de capitais, nos termos da Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, que cria o Conselho Monetário Nacional e prescreve em seu artigo 17:

*"Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros."*



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Além da ausência de prévia autorização do órgão competente para criação da instituição financeira, a presente proposta não observa o contido no art. 36 da LRF, que dispõe:

*"Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo".*

O contido no art. 36 da LRF observa e zela pelos princípios da moralidade e da eficiência da Administração Pública, ao vedar, expressamente, operação de crédito entre o ente político e a instituição financeira estatal sob seu controle, o que assegura uma gestão fiscal responsável, objetivada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A autorização de que se trata o artigo 33 tem por finalidade o recebimento antecipado de valores sob o regime de parcelamento, também não observa o contido no art. 37, II da LRF que prescreve:

*"Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:*

*II – recebimento antecipado de valores de empresa que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendo, na forma da legislação;"*

Conforme determina o art. 37, é equiparável, também a operação de crédito o recebimento antecipado de valores de empresa em que o poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante, salvo lucros e dividendos na forma da legislação aplicável. É





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

que tais operações podem configurar uma forma disfarçada de empréstimo público, provocando o aumento da dívida do ente político.

E sobre a mesma matéria a Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu art. 3º, § 1º, I e 5º, I, dispõe:

*"Art. 3º Constitui operação de crédito, para os efeitos desta Resolução, os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.*

*§ 1º Equiparam-se a operações de crédito:*

*I - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação; assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito;*

*Art. 5º É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

*I - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação"*

## **DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Conforme o art. 37 da constituição Federal determina "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ..."

Portanto, vale ressaltar que deve ser questionado o verdadeiro sentido da constituição de um Fundo de Investimento com tal finalidade (vender os créditos tributários e não tributários sob forma de cessão), pois, conforme descrito no *caput* do artigo 37, se o Estado (Governador) administrasse com base em tais princípios, e considerando que a transferência sequer implica a transferência da propriedade do bem cedido, transferindo-se, somente, o direito autônomo de receber o crédito cedido diretamente do contribuinte-devedor, nesse caso deve-se observar que é obrigação do órgão institucional do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, promover a cobrança da dívida ativa.

Portanto, apesar da matéria referir à cessão de direito creditório autônomo, o que se verifica, no caso, é a cessão do próprio crédito tributário, uma vez que por meio da indigitada cessão, o direito ao recebimento das prestações decorrentes de parcelamento de impostos e taxas será transferido a terceiros.

O parcelamento de créditos relativos a impostos e taxas tem sua origem em obrigações tributárias descumpridas, que com o competente lançamento passaram a constituir crédito tributário, nos termos do art. 139 e 142 do CTN, que prescrevem:

*"Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.*

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do*

22





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível."*

Dessa forma, tanto os direitos creditórios originários de créditos tributários, **como aqueles originários de créditos não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais constituem receita pública**, que é bem público indisponível, inegociável e irrenunciável, porque necessário ao cumprimento dos fins do Estado, que é a realização do bem comum, ou seja, a satisfação das necessidades públicas, que são aquelas de interesse geral, satisfeitas sob o regime de direito público, presidido pelo princípio da estrita legalidade. Essas necessidades públicas são aquelas consignadas na lei orçamentária anual que ao mesmo tempo que estima a receita pública fixa as despesas pormenorizadamente.

*"Art. 167. São vedados:*

*IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, **fundo** ou despesa, **ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)"*

É importante ressaltar que quando o art. 167, IV da Carta Maior, retro transcrito, ressalva o oferecimento de crédito tributário



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

para garantia das operações de crédito por antecipação de receitas, essa garantia não tem o sentido de garantia real que se preste a execução direta.

Se a própria vinculação de receita de impostos, permitida pela Constituição Federal, em caráter excepcional, para prestação de garantias visando a obtenção de receita creditícia, de natureza temporária, não pode ser interpretada em sentido amplo, permitido pelo direito privado, é justamente porque a receita pública constitui bem fora do comércio insuscetível de negociação.

Consectário lógico da impenhorabilidade da receita pública é a sua inalienabilidade, sendo, portanto, bem inegociável.

Créditos tributário e não tributário sob o regime de parcelamento outras coisas não são senão aquelas receitas lançadas e não pagas em determinado exercício financeiro que, de acordo com o regime de competência, passam a constituir resíduos ativos que devem ser cobrados nos exercícios posteriores na conta de receita a arrecadar.

Vale ressaltar ainda que, a cessão ora pretendida também não encontra respaldo no Código Civil, devido à ilicitude de seu objeto, conforme disposto em art. 286:

*"O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação".*

Portanto, a proposta em análise, apresenta-se em desacordo ao disposto nos artigos 100 e 167, IV, a, da CF e art. 286 do





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Código Civil evidenciando a absoluta inconstitucionalidade e ilegalidade da cessão ora prevista.

**ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL**

Em relação ao § 3º do art. 33º o Poder executivo pede autorização para a abertura de crédito especial no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões).

Créditos Adicionais são subdivididos em três modalidades, conforme a lei 4320/64 regulamenta nos seguintes artigos:

*Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.*

*Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

*Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*

*§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:*

*I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior*

*II - os provenientes de excesso de arrecadação;*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;*

*IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.*

*§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.*

*§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.*

*§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.*

*Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.*

*Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.*

*Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.*

A legislação é clara e objetiva, os créditos adicionais nada mais são que uma ferramenta a ser utilizada pelo gestor público para reorganizar o orçamento aprovados através do PPA, LDO e LOA no momento da execução orçamentária. Ou seja, a lei é bem específica, não deixa brechas para que o gestor se utilize desta ferramenta de forma discricionária, conforme tal projeto de lei em análise, o qual mexe no orçamento numa quantia significativa de recursos orçamentários/financeiros sem o mínimo de observância na legislação.

São R\$ 5.000.000.000,00, (cinco milhões) direcionados a integralizar o capital de uma S/A e nenhuma explicação clara e

20





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

objetiva de quais dotações estes recursos serão provenientes ou para quais dotações eles serão destinadas. Todos os recursos orçamentários devem ter um endereço dentro do orçamento e ainda, observando os princípios orçamentários, neste caso o da clareza, qualquer cidadão comum deve ter o mínimo de entendimento ao se reportar a uma lei orçamentária, os créditos adicionais primeiramente são projetos que ao serem aprovados, tornam-se leis orçamentárias.

O projeto de lei em análise fere mais um dos princípios orçamentários e constitucionais, pois, um projeto de lei orçamentária não deve ter mais que um objeto, este, é apresentado de forma absurdamente incompatível com a legislação nacional, Constituição Federal, Leis Orçamentárias, Lei 4320/64, LRF, ou seja, a presente proposta de abertura de crédito adicional nos moldes deste projeto é totalmente inconstitucional e incompatível com o Ciclo orçamentário do Estado do Paraná.

O projeto deveria explicar e apresentar documentos comprobatórios a respeito das dotações e fontes de recursos a serem alterados, acompanhado do valor exato destinado a cada dotação e **exposição justificativa**.

A constituição federal no art. 167 prevê:

"Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa".



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

O Poder Executivo frustra os mecanismos legais para manipular as leis orçamentárias já aprovadas, deixando claro a incongruência da administração, pois muda-se, altera-se conforme a vontade e o interesse próprio do gestor.

**AUMENTO DA DESPESA**

O Poder Executivo, mais uma vez apresenta dispositivo no projeto em comento que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, se não vejamos:

"Art. 35. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei, a adequação, complementação e fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas".

É notório que a legislação pátria determina que o aumento da despesa deva ser acompanhado de impacto orçamentário e financeiro assim como a medida de compensação, conforme determina o art. 16 da LRF, assim como qualquer mudança orçamentária devem estar compatíveis com o CICLO Orçamentário (PPA, LDO e LOA) e demais leis que regem, orientam e regram a composição do orçamento público.

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - *estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

*§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:*

*I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício; II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições”.*

Nitidamente é observada a inconstitucionalidade deste projeto. Cabe observar que no parágrafo (§) 3º do artigo 33, é solicitado ao Legislativo a aprovação de crédito adicional no valor de R\$ 5 Milhões, sem apresentar nenhuma dotação orçamentária.

Ressalta-se, o orçamento público deve ser gerido da seguinte forma: Quando um cidadão busca concorrer a um cargo no executivo, este deve apresentar seu plano de governo, metas, estas metas devem ser inclusas na elaboração do primeiro Plano Plurianual – PPA, lembrando, o gestor que se elege, terá um ano para efetuar tal programação, por este motivo que as leis orçamentárias devem ter compatibilidade, ou seja, PPA com base no plano de governo, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO com base as metas previstas no PPA para aquele exercício e a Lei Orçamentária Anual com base PPA e LDO prevista. Ou seja, a execução não pode ser mudada, alterada e principalmente, não considerada conforme o Governador do Estado faz.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*"Art. 36. Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da medida provisória nº 2.192-70, de 2001, nos termos da Lei complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014".*

Sem a apresentação do contrato para analisar e entender os novos termos, este artigo não pode prosperar, sob pena de incorrer em ilegalidade.

**ALTERAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM VIGOR**

*"Art. 37. Autoriza para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada a reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste Celebrado com companhia Paranaense de Energia – COPEL poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira".*

Mais uma Lei que trata da matéria orçamentária misturada a vários assuntos, ressalta-se, OPERAÇÕES DE CRÉDITO, SÃO EFETUADAS ATRAVÉS DE LEI ESPECIFICA, assim devem ser suas alterações. Portanto que seja apresentado os termos, contratos, valores e efetivamente uma proposta de alteração com possibilidades de análise. Sem tais detalhes não há possibilidade de análise, lembrando que há um regramento muito preciso para operações de crédito determinadas pelas seguintes leis: Constituição Federal, lei 4320/64, LRF e previsões no ciclo orçamentário.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*"Art. 38. O art. 6º da lei 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 6º institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as Parcerias Público Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder Executivo. (NR)"*

Como incansavelmente exposto ao longo da análise, o art. 38, envolve a operação de crédito mencionado no art. 37, mexe na matéria orçamentário e como já dito, o Executivo deve enviar mensagem separada (individual), acompanhado dos impactos relacionados e determinados pela LRF e inclusão no Ciclo orçamentário.

**ALTERAÇÃO DA META FISCAL - ARTIGO 43**

Em relação ao art. 43 do projeto, há de ser considerado que o ano de 2014 legalmente foi o ano de encerramento do mandato do Governador Beto Richa (2011-2014), para o qual além das inúmeras vedações da CF, há também a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Lei 4.320/64 e Lei nº 9.504/1997 - Lei Eleitoral que regulamentam o processo de encerramento de mandato, no entanto o atual governador não observou tais exigências e regulamentações em vários artigos do Projeto de Lei, pede conforme redação do art. 43, para alterar a meta III e meta V da tabela V do anexo I da LDO, aprovada em 2013, para ser executada no exercício de 2014, ou seja, pede para alterar o resultado primário e o resultado nominal do exercício encerrado de 2014.

Cabe salientar que a LDO é peça fundamental do ciclo orçamentário, como incansavelmente já descrito, ela é elaborada no ano anterior a sua execução. No caso específico, foi elaborada pelo executivo e



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

aprovada pelo legislativo no ano de 2013, com a finalidade de ser executada no exercício de 2014, **lembrando tratar-se do último ano de mandato**, ou seja, deve ser considerado que o projeto ora em análise pede a alteração das metas financeiras do exercício de 2014, exatamente um trimestre após o encerramento do exercício financeiro de final de mandato.

Seguindo a regra geral tal permissão é possível durante o exercício em execução. É nesta sintonia que a legislação em vigor - responsável pela regência do orçamento no Brasil - exige a divulgação das demonstrações financeiras e demonstrativo da execução de forma bimestral, exatamente com o intuito de que ao momento em que seja observado pelo gestor algum desarranjo financeiro possa assumir medidas cabíveis e legais para alterar as metas inicialmente previstas para aquele exercício - as chamadas LIMITAÇÕES DE EMPENHO - com medidas de contingenciamento, algo que, de forma proposital ou relapsa a gestão atual deixou passar.

Ao desejar alterar o passado, três meses após o encerramento do exercício, as quais, já foram apresentadas a sociedade e demais interessados através de audiência pública na prestação de contas do exercício financeiro 2014, recai sobre os crimes de responsabilidade fiscal. Portanto mudar o passado financeiro do Estado do Paraná é mais um dos diversos atos do poder executivo em legislar/governar conforme sua vontade. Para realizar essas mudanças existe uma séria legislação com aberturas de fato para alterar as metas inicialmente previstas, porém, restritas ao exercício financeiro, e o não cumprimento de tais metas demonstra - além da discricionariedade da administração dos recursos públicos - a falta de planejamento e execução orçamentário, fiscal e financeiro e, principalmente INCOMPATÍVEL e sem prezar pelo equilíbrio sustentável orçamentário, fiscal e financeiro. Lembrando, a execução sem a compatibilidade com o ciclo





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

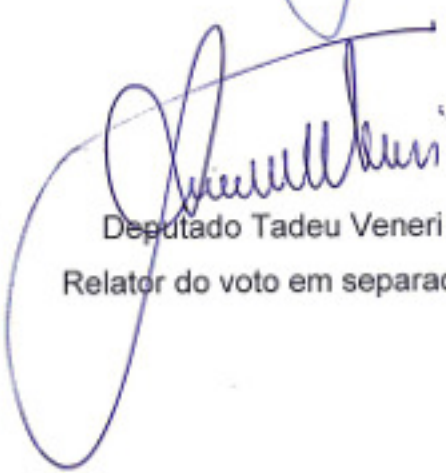
orçamentário (PPA, LDO e LOA) também é crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

  
Deputado Gilson de Souza  
Presidente

  
Deputado Tadeu Veneri  
Relator do voto em separado.

VOTO CONTRA  
DO PARECER  
Dep. ARTAGÃO  
Dep. PAULO LITRO  
Dep. ELIO  
Dep. TIÃO

REJEITADO  
14/04/15  
M.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 010/2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e dá cessão de direitos creditórios, e adota outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça por meio de seu Relator já exarou o parecer favorável, devidamente aprovado, por estarem presentes os requisitos constitucionais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa que em relação do Programa de Parcelamento Incentivo – PPI e ao Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, tem como objetivo auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de pendências, reestabelecendo o fluxo financeiro e a manutenção de suas atividades.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65 e 66, e a competência privativa no art. 87, da Constituição Estadual, e ainda, no art. 133 do mesmo Diploma Legal, que estabelece o envio de projetos dessa natureza, para serem apreciados pela Assembleia Legislativa.

De igual modo, a matéria proposta está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**CONCLUSÃO**

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim o devido parecer **Favorável, na forma da Emenda Modificativa e Supressiva e demais deliberações da Comissão de Constituição e Justiça.**


É o Parecer.

Sala das Comissões, em

14/04/15

  
**DEPUTADO GILSON DE SOUZA**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**

  
Dep. Tício

  
Paulo Chini  
Voto Contrário

  
Dep. Aragão

  
Dep. Lício

APROVADO  
Em 14/04/15  
M.